



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**O papel do Sociólogo na Intervenção Social de
uma autarquia local em meio rural**

Cidália Maria Sardinha Rodrigues Correia

Orientação: Prof. Dr. Domingos Afonso Braga

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: *Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável*

Relatório Profissional

Évora, 2013



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**O papel do Sociólogo na Intervenção Social de
uma autarquia local em meio rural**

Cidália Maria Sardinha Rodrigues Correia

Orientação: Prof. Dr. Domingos Afonso Braga

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: *Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável*

Relatório Profissional

Évora, 2013

DEDICATÓRIA

À memória dos meus queridos pais que já partiram mas continuam para sempre no meu coração... a zelar por mim e pela minha família.

Este trabalho muito se deve também a eles: ao seu amor incondicional, dedicação, sacrifício, motivação ... nunca me deixaram cair, pilares da minha vida!

Ao meu marido e aos meus filhos Filipa e Sérgio, sobretudo a eles, por todo o apoio que sempre me deram, pelo tempo que os privei da minha companhia, pela paciência... e força nos momentos de maior desânimo.

RESUMO

Relato de experiência profissional de uma Socióloga na Administração Local, concretamente num município em meio rural, concelho de Sousel em que se pretende demonstrar a polivalência das competências pessoais e profissionais do Sociólogo, tendo por base a tipologia de perfis tipo do papel do sociólogo, definida por Manuel João Ribeiro que situa em quatro domínios fundamentais: o planeamento; investigação; relacional e operacional.

No entanto, dos domínios elencados o relacional e operacional serão abordados mais minuciosamente numa perspetiva em que a sociologia da intervenção tem dado um importante contributo no sentido de se ir mais além da corrente positivista da sociologia, tendo vindo a introduzir novos suportes concetuais para uma sociologia mais próxima do terreno, tendo em vista novas articulações entre a teoria e ação, entre a investigação e a intervenção. O sociólogo Orlando Garcia defende que “o campo da intervenção social é tão pertinentemente sociológico, que não faz sentido ter a desatenção dos sociólogos” (Garcia, 1990 : 279).

Também se pretende efetuar uma abordagem do ponto da sociologia de ação, defendida por Isabel Guerra na medida em que as mudanças sociais impulsionam mudanças nas perspetivas profissionais, no surgimento de novas exigências de campos profissionais de intervenção para os sociólogos praticarem o seu saber, intervirem, avaliarem resultados, analisarem causas explicativas de fenómenos, explicitarem estruturas sociais, proporem medidas de mudança, etc.

O relato pretende também refletir a experiência profissional dos últimos seis anos, de participação em diferentes projetos, em que se enquadram teoricamente os domínios: relacional e operacional, tratando-os numa lógica da sociologia da participação, do estabelecimento de parcerias; os diferentes intervenientes do processo; perceber os atores envolvidos, como sejam: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sousel; Rede Social; Núcleo Local de Inserção; Intervenção Precoce; Ação Social: auxílios económicos, bolsas de estudo, habitação social, Saúde e Educação.

Inclui uma apreciação crítica, que questiona de que forma a minha formação influenciou o desenvolvimento das minhas atividades profissionais, os constrangimentos encontrados.

Será ainda desenvolvida uma abordagem numa perspetiva do plano meso (organizações, autarquia local) estratégia da autarquia, definição de políticas de desenvolvimento social; o estabelecimento dos objetivos estratégicos para as unidades orgânicas, enquadradas na missão e

visão da organização, sendo que alguns são transversais a todas as unidades orgânicas, enquanto outros implicam diretamente a unidade orgânica em que me encontro inserida em termos profissionais de carreira e categoria: “reforçar a coesão social”.

Elaboração de uma análise e reflexão crítica sobre a atividade desenvolvida na Autarquia tendo em conta a descrição das funções de técnico superior na área da sociologia constante na mapa de pessoal da autarquia, nomeadamente: a) desenvolve funções de investigação, estudo, conceção e aplicação de métodos e processos científico-técnicos na área da sociologia; b) participa na programação e execução das atividades ligadas ao desenvolvimento da respetiva autarquia; c) desenvolve projetos e ações ao nível da intervenção na coletividade, de acordo com o planeamento estratégico integrado definido para a área da respetiva autarquia local; d) propõe e estabelece critérios para avaliação da eficácia dos programas de intervenção social; e) procede ao levantamento de necessidades da autarquia local; f) propõe medidas para corrigir e ou combater as desigualdades e contradições criadas pelos grupos ou sistemas que influenciam ou modelam a sociedade; g) promove e dinamiza ações tendentes à integração e valorização dos cidadãos; h) realiza estudos que permitem conhecer a realidade social, nomeadamente nas áreas da saúde, do emprego e da educação; i) investiga os factos e fenómenos que, pela sua natureza, podem influenciar a vivência dos cidadãos.

Este relatório inclui um curriculum profissional, na modalidade de curricula vitae, descrito de forma suficientemente detalhada e que comprova a experiência e vivência da atividade profissional desenvolvidas na área da Sociologia.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento sustentável - intervenção social - recursos humanos

THE ROLE OF A SOCIOLOGIST IN SOCIAL INTERVENTION IN A LOCAL AUTHORITY IN A RURAL AREA

ABSTRACT

Report of the professional experience of a sociologist in the local administration, specifically in a municipality in rural area, Sousel's county that wants to demonstrate the versatility of the personal and professional competencies of a sociologist, having in mind the typology of profiles type of the sociologist paper, defined by Manuel João Ribeiro that sets its in four fundamental domains: planning, inquiry, relational and operational.

However, from the listed domains the relational and operational will be the thoroughly work in a perspective where the sociology of intervention has given a important contribution by the way to go beyond than positive current of sociology, introducing news conceptual supports to one more closed sociology of the ground, having in mind new joints between theory and action, between the inquiry and the intervention. Orlando Garcia, sociologist, defends that «the field of the social intervention is so pertinently sociological, that doesn't make sense to have the in attention of sociologists». (Garcia,1990:279).

I also pretend to make an approach from the sociology of action view, defined by Isabel Guerra since social changes boost changes in professionals perspectives, by the emergence of news demands of professionals fields of intervention to sociologists show their knowledge, intervene, evaluate results, analyze explanatory causes of phenomena, explicit social structures, to propose measures for change, and so on...

The report also pretend to reflect the professional experience of the last six years, of participation in different projects, where in fall theoretically domains: rational and operational, treating it in a logic of sociology of participation, of partnerships, the different stakeholders process; to realize the actors involved, such as Committee to Protect Children and Youth from Sousel, Social Networking, Nucleo inserted Central, Social Action, Economic Aids, Scholarships, Housing, Health and Education. Includes a critical examination, questioning how my training has influenced the development of my professional activities, the constraints encountered.

An approach will be developed in a perspective plan meso (organizations, local authority) strategy of the municipality, policy of social development, the establishment of strategic objectives for the units, framed in the mission and vision of the organization, some of which are transverse all units, while others directly involve the organic unity in which I am placed in terms of career and professional category: «strengthen social cohesion.»

Developing a critical analysis and reflection on the activity developed in the Municipality taking into account the technical description of the functions of the upper area of sociology in constant personal map of the municipality, namely: a) develops functions of research, study, conception and implementation of scientific methods and processes-technicians in the area of sociology; b) participates in the planning and execution of activities related to the development of the respective municipality; c) develops projects and actions at the level of intervention in the community, according to the integrated strategic planning for the defined area of the respective local authority; d) proposes and establishes criteria for assessing the effectiveness of social intervention programs; e) shall identify the needs of the local authority; f) proposes measures and to correct or combat inequalities and contradictions created by groups or systems that influence or shape the society; g) promotes and streamlines actions to promote the integration and optimization of the citizens; h) conducts studies that allow to know the social reality, particularly in the areas of health, employment and education; i) investigate the facts and phenomena which, by their nature, can influence the lives of citizens.

This report includes a professional curriculum, in the form of *curricula vitae*, described in sufficient detail and proves that experience and the experiences of professional activity developed in the area of sociology.

Keyword: sustainable development - social intervention - human resources.

AGRADECIMENTOS

Aqui chegados, cumpre expressar o meu reconhecido agradecimento:

Ao *Professor Doutor Domingos Afonso Braga* pela orientação deste Projeto. Pela disponibilidade que sempre revelou para comigo. O seu apoio foi determinante na elaboração deste trabalho.

A todos aqueles que, prontamente se disponibilizaram, e me ajudaram no decorrer do trabalho, especialmente à *Vera* e ao *Nuno*, pela enorme ajuda no inglês e no apoio informático.

Também uma referência especial à minha *Amiga Joana*, pela enorme amizade e pela preciosa ajuda e disponibilidade na revisão dos textos.

A todos os meus *Amigos*, eles sabem quem são, que me apoiaram ao longo de todo este processo, pelas constantes manifestações de interesse e encorajamento nas alturas de maior desânimo.

À *Minha Família*, em especial ao *meu marido* e aos *meus filhos Filipa e Serginho*, pelo apoio incondicional, por toda a paciência e compreensão nos momentos de maior indisponibilidade da minha parte, pelas minhas ausências, por me incentivarem sempre a não desistir. Por estarem sempre presentes. Desejo que esta etapa que agora termino, possa, de alguma forma, retribuir e compensar todo o carinho, apoio e dedicação que, constantemente, me dedicam.

Muito Obrigada

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA E ENQUADRAMENTO LEGAL.....	15
1.1 – O Poder Local desde o Estado Novo	15
1.2 – Da Revolução de Abril até à Atualidade	17
CAPÍTULO II – AUTARQUIA LOCAL – O MUNICÍPIO DE SOUSEL	22
2. Caracterização Sociodemográfica do Território.....	22
2.1 – Estrutura etária	23
2.2 - Caracterização Económica	23
2.3– Evolução recente de investimento público.....	24
2.4- Contexto Organizacional.....	26
2.4.1 – Visão	26
2.4.2 – Missão	26
2.5 – Órgãos municipais	27
2.5.1 – Câmara municipal.....	27
2.6 – Organização e gestão municipais	28
2.6.1 – Objetivos da organização	28

2.6.2 – Princípio de gestão	29
2.6.3 – Instrumentos de planeamento e programação	30
2.7 – Objetivos gerais	31
2.8 – Estrutura organizacional	32
2.8.1 – Atribuições e competências	32
2.9 – Estrutura flexível	32
CAPÍTULO III – A AUTARQUIA LOCAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	34
3.1 – Desenvolvimento Sustentável	34
3.2 – A Agenda 21 Local	35
3.3 – A Agenda 21 Local de Sousel	36
CAPÍTULO IV – O PAPEL PROFISSIONAL DO SOCIÓLOGO	38
4.1 – Dimensão Triangular da Sociologia	38
4.2 – Sociologia e Sociedade	39
4.3 – A Sociologia como Profissão	40
4.4 – A Cultura Profissional dos Sociólogos	43
4.5 – A Diversidade das Práticas Profissionais dos Sociólogos	46
4.6 – Os Sociólogos na Intervenção Social	47
4.7 – As Práticas e os Campos Profissionais no Contexto da Sociologia de Ação	49
4.8 – Do Conhecimento à Prática: Constrangimentos e Desafios	49

4.9 – O Desenvolvimento Local: algumas considerações teóricas	55
4.9.1 – A experiência de Sousel na promoção do desenvolvimento local	61
4.9.2 – A dinâmica do movimento associativo no concelho de Sousel	65
4.9.3 – O turismo como vetor estratégico na promoção e salvaguarda da sustentabilidade local	68
4.9.4 – Em jeito de reflexão final	71
CAPÍTULO V – UMA PRÁTICA E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS	74
5.1 – Percurso Académico	74
5.2 – Atividade Profissional	74
5.3 – Formação Profissional	88
5.4 – Outras competências	92
CONCLUSÃO	94
BIBLIOGRAFIA	96

INTRODUÇÃO

“Desenvolvimento social significa especialmente que a humanidade substitua gradativamente a cultura do ter pela cultura do dar.”

Carlos Roberto Sabbi

O presente relato surge no desenvolvimento da atividade profissional ao longo dos últimos seis anos, que poderia ter efeitos mais retroativos, um vez que a experiência profissional, na área social, remete para anos mais longínquos, conforme se pode avaliar no *curricula vitae* que sustentará anexo ao documento que ora se apresenta. Todavia, o normativo que disciplina os estudos pós-graduados define os moldes de apresentação de relatório da atividade profissional em alternativa à dissertação, consubstanciado numa experiência profissional relevante, superior a cinco anos na área da licenciatura, in casu, a licenciatura em Sociologia, no âmbito do mestrado de Sociologia, especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável.

A decisão de elaborar relato de experiência profissional ao invés da tradicional dissertação, baseou-se, essencialmente, em opções pessoais e profissionais, mas não só. Constituiu um enorme desafio, apostar num documento que me permite partilhar as experiências profissionais, vivências pessoais, aprendizagens constantes, constrangimentos, eventualmente novas abordagens, face a realidades distintas que cada vez mais tendem a alterar-se.

Refletem a adaptação constante a que os técnicos sociais se devem “afeiçoar” face ao surgimento permanente de novas necessidades das pessoas e, conseqüentemente, da comunidade, em que subsiste um envolvimento real, necessário e ativo com as *peçoas, as famílias, os grupos, a comunidade* – público alvo da organização (autarquia local) onde exerço funções. Este documento permite transmitir o quanto me sinto realizada profissionalmente, por trabalhar na área social, em que subjaz um envolvimento real, em que o conceito “distanciamento” não tem lugar, antes as diferentes situações surgidas, que espelham o “estado de arte” da comunidade, devem implicar os profissionais do social, traduzindo a apropriação de conhecimentos, a adaptação e sua atualização permanentes, desmultiplicando

soluções para os mesmos problemas, ou equações diferentes, que o desenvolver dos tempos vai despoletando.

É fundamental o desenvolvimento de novas estratégias que reorientem a intervenção social, a participação, o estabelecimento de ligações formais, a importância das ligações informais, o envolvimento pluridisciplinar que cada vez mais faz sentido, num contexto de mudança de paradigma, em que assistimos a alterações de conceitos, de nomes, de ofertas, de procura, neste mercado social: passa-se do conceito de utente para cliente; de valências para respostas sociais, e outras.

A metodologia referida anteriormente tem um denominador comum: as pessoas e as suas necessidades, os grupos mais fragilizados da nossa sociedade; são por isso, o público-alvo da nossa intervenção e o âmago do nosso trabalho.

Face ao exposto, importa situar o presente relato num contexto temporal: ele justifica os últimos seis anos de experiência profissional, enquanto socióloga de uma autarquia local em meio rural – Município, a Câmara Municipal de Sousel.

Com efeito, o mandato dos órgãos autárquicos é de quatro anos (Lei Eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais, Título X, Capítulo I, Artigo 220º), o que situa o relato de experiência profissional desde o mandato 2005/2009.

O normativo legal que estabelece o quadro de competências, a atualização destas pela concretização de atribuições, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e, bem assim, a transferência de novas competências que têm vindo a ser cometidas às Autarquias Locais, nos domínios da Ação Social, Educação, Habitação e Saúde, justificam a necessidade de desenhar um capítulo, de modo a enquadrar, juridicamente, a dinâmica da Organização - Câmara Municipal de Sousel. Abordarei a articulação com o sistema de planeamento, de gestão, o qual constitui um precioso instrumento de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos objetivos plurianuais e plano de atividades, baseado no desenvolvimento sustentável e execução das suas funções sociais, tendo em atenção a missão e a visão já estabelecidas.

Aquele capítulo servirá, assim, de suporte ao seguinte, para melhor ajustar as atribuições e competências que tem vindo a ser cometidas às Autarquias Locais, designadamente no domínio da Ação Social, tendo em linha de conta os recursos humanos para prossecução das

atribuições legais do Município de Sousel e desenvolvimento das suas atividades, a sua estrutura organizacional que compreende: serviços de assessoria e coordenação; unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas.

Com este intuito, o presente capítulo reflete uma ligação, que não é despiciente, entre os objetivos contratualizados no âmbito da minha avaliação de desempenho e os estabelecidos para a unidade orgânica: Ação Social, em que me encontro inserida.

Serão assim elencadas e relatadas, num outro capítulo, a polivalência das competências pessoais e profissionais do Sociólogo, tendo por base a tipologia de perfis tipo do seu papel; partilhadas as minhas experiências profissionais, vivências pessoais, aprendizagens constantes, constrangimentos e eventualmente, novas abordagens, face a realidades sociais distintas que cada vez mais tendem a alterar-se, e a que os técnicos sociais se devem adaptar, no que diz respeito ao surgimento constante de novas necessidades das pessoas e consequentemente da comunidade refletidas na intervenção social; a constante atualização de conhecimentos, com vista à melhoria contínua do desempenho profissional, que será devidamente documentada, constituir-se-á em anexos ao presente trabalho e terá em conta a função da organização dos serviços do município, a concretização dos objetivos que impelem e reforçam uma preocupação iminente com as questões sociais, enquadrados nas suas unidades orgânicas.

Nesta medida, e face à degradação do tecido social que importa travar e de que resulta também a alínea e) reforçar a coesão social explanada na descrição dos objetivos da unidade orgânica, o Serviço de Ação Social pretende dar uma resposta de qualidade efetiva aos problemas sociais do Concelho e da população, marcada pela pobreza e exclusão social, executando uma política social que visa intervir na comunidade; privilegiar uma aproximação aos cidadãos; desencadear um trabalho de campo e no terreno, promover uma intervenção multidisciplinar.

Em conclusão, a ação social local assegura a proteção às pessoas e grupos desfavorecidos da sociedade, através da atribuição de vários tipos de prestações que visam uma melhoria da qualidade de vida; dinamiza, promove e concretiza um conjunto de ações para favorecer a inserção social dos indivíduos, famílias e grupos, de forma autónoma ou no âmbito de parcerias entre instituições públicas e privadas que contribuem para a construção de uma sociedade mais coesa e solidária.

Na área da intervenção social, mais do que nunca, será necessário acompanhar as tendências que se vão verificando, quer na gestão financeira, quer na acrescida intervenção que os Municípios têm que levar a cabo, face às dificuldades das famílias e aos cortes nos apoios sociais.

O poder local desenvolve atividades diversificadas em áreas como a Educação, Ação Social, Saúde e Habitação, que embora não se enquadrem nas estritas competências municipais, têm sido objeto de crescentes iniciativas, dado o agravamento da situação social das famílias.

CAPÍTULO I - BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA E ENQUADRAMENTO LEGAL DO PODER LOCAL

1. 1 O Poder Local desde o Estado Novo

Importa desde já , para melhor contextualização do presente trabalho, efetuar uma breve abordagem histórica do papel do Poder Local na sociedade portuguesa, que tem vindo a evoluir em função de diversos fatores, como sejam, regime político, contexto económico, político e social, ordenamento do território, questões ambientais, desenvolvimento sustentável, e outros.

Cada regime político determinou a importância do poder local, que de acordo com os princípios orientadores, foi legislando e transferindo competências e atribuições para a Administração Local.

O Poder Local, durante o Estado Novo resume-se a um “(...) longo período de centralização feroz, que transformou os órgãos autárquicos em extensões menores da administração central, presididos por mandatários nomeados pelo Governo que haviam de se caracterizar pelo seu espírito de obediência, acomodação e reivindicação controlada.” (Marques, 1986).

Senão vejamos, as autarquias locais não possuíam qualquer autonomia, por colocarem em causa a estrutura centralizadora e poderosa do regime; todas as decisões tomadas por aquelas dependiam de aprovações, autorizações, subsídios da administração central, ficando as promessas eleitorais dos municípios eternamente adiadas, porque o executivo local não possuía poder de decisão exclusivo sobre nenhum domínio camarário (Portas, 1979).

Assim, em 1936, é publicado o Código Administrativo, documento que regulará o Poder Local e o seu exercício. Este define que a autarquia local é constituída por uma população e um território, que poderá corresponder a uma freguesia, a um concelho ou a uma província, sendo sempre qualquer parcela do Estado regulada pelas leis gerais que deste emanam. O centralismo político-administrativo do Estado chegava às freguesias através do regedor, que era visto como o representante nomeado do presidente da câmara (Oliveira, 1996b).

Quanto à administração dos concelhos, existiam os órgãos comuns: conselho municipal, câmara municipal e presidente da câmara municipal, sendo este a figura dominante nomeada pelo Governo, apesar das recomendações do Código Administrativo para que a escolha incidisse nos munícipes dos concelhos em causa. O presidente da câmara era um magistrado

municipal ou administrativo, sobre o qual pesava toda a estrutura administrativa municipal, tendo de coordenar, orientar, fiscalizar a execução das deliberações camarárias e representar o município, ao nível do poder central.

Relativamente à situação financeira dos municípios, estes estavam totalmente dependentes das comparticipações do Estado, do Fundo de Desemprego, do Fundo dos Melhoramentos Rurais e da associação de habitantes através das Comissões de Melhoramentos, as quais angariavam financiamentos ou exerciam pressões para solucionar carências. Esta situação de falta de meios financeiros conduziu a que a execução de obras da competência camarária dependesse, em grande medida, das pressões exercidas por personalidades locais, com grande influência junto da administração central e não tanto por pressões da autarquia.

Também o associativismo dos habitantes contribuía para a angariação de fundos, através das Ligas de Amigos e das Comissões Locais de Melhoramentos, que eram outra forma de poder real não institucionalizado, não coincidente com o poder e iniciativa dos corpos administrativos. Outras razões para o desfasamento existente entre o poder local real, observável em cada concelho, e o poder local institucional diz respeito à falta de meios e quadros técnicos, dificultando o planeamento municipal, e também pelo facto dos presidentes de câmara exercerem a meio tempo o cargo, auferindo apenas uma gratificação mensal (Oliveira, 1996a).

A insuficiência de receitas municipais, a escassez de meios, de ferramentas e quadros técnicos adequados conduziram a uma situação de dependência do poder local relativamente ao estado, circunstância geradora de arbitrariedades várias. Com efeito, as autarquias não detinham, ao tempo, uma verdadeira autonomia, sendo que tal situação suscitada pela lei fundamental que lhes era aplicada, fomentava uma duplicidade tutelar, protagonizada quer pelo Ministério das Finanças, quer pelo Ministério do Interior, verificando-se também falta recursos financeiros.

As exigências impostas pelas transformações da sociedade e a incapacidade de resposta dos dirigentes das autarquias, davam destas a ideia de uma organização administrativa desajustada ao novo contexto económico, social e cultural (Oliveira, 1996a).

1.2 Da Revolução de Abril até à Atualidade

Os efeitos da revolução de 25 de Abril de 1974 também se fizeram sentir no Poder Local, tendo-se desde logo, num primeiro momento, assistido ao desmantelamento de toda a máquina administrativa local, câmaras municipais e juntas de freguesia e, num segundo momento, a uma tentativa de “normalização” por parte dos órgãos de poder entretanto criados, levando-se a cabo a publicação de legislação, ainda que avulsa.

A Constituição de 1976 integra o poder local que está presente em quase toda a lei, na definição do Estado português e nas garantias de continuidade do direito público. As autarquias passam então a ser definidas como “pessoas coletivas territoriais”, visando “interesses próprios das populações respetivas” representando-as através de eleições.

Define que as autarquias locais são constituídas por freguesias, municípios e regiões administrativas; porém, este último elemento seria criado por uma lei própria e específica, suscitando alguma ambiguidade devido à existência de distritos. Contudo, apesar de não hierarquizar os três tipos de autarquias, reflete a sua independência e autonomia, aludindo às relações entre os vários órgãos (Oliveira, 1996c).

A questão da descentralização foi igualmente consagrada na nova Constituição, definindo a existência de legislação futura e específica, definidora das atribuições e competências das autarquias locais. Estas teriam de obedecer a dois princípios fundamentais: por um lado, a descentralização e a atribuição de competências significaria atribuições próprias do poder local e, por outro, existiriam transferências de “atribuições estaduais de natureza local” para as autarquias (Oliveira, 1996b).

Um outro tipo de autonomia consagrada é a autonomia financeira, estabelecendo-se que as autarquias locais têm património e finanças próprias, resultantes das receitas constituídas por uma percentagem dos produtos dos impostos arrecadados pelo Estado, das prestações provenientes dos serviços por aquelas prestadas e dos resultados da gestão do seu património.

A partir de 1976, as autarquias ficam aptas a elaborar orçamentos e planos de atividade próprios, a terem capacidade de iniciativa em determinados domínios, sem ser necessária a aprovação posterior por parte da administração central, cessando, também, as funções de inspeção até aí desempenhadas pelos Ministérios do Interior e das Finanças sobre estes órgãos autárquicos (Oliveira, 1996b).

Segundo Ruivo e Veneza (1988), a Revolução do 25 de Abril trouxe também o início de um paradoxo entre a teoria e a prática, pois se, por um lado o enquadramento normativo do poder local era dos mais modernizantes, por outro, na sua aplicação, tal não se verificava.

Assim, logo após as primeiras eleições autárquicas, os municípios e os seus autarcas confrontam-se com as imensas dificuldades de desenvolvimento local, levando à emergência de uma atuação que se poderia denominar de “Município-Providência”, mas que, legislativamente, nunca esteve consagrada. O aparecimento de alianças sociais ao nível local, a diminuição da força dos aparelhos repressivos do Estado, o aumento do acesso de população sem poder económico às instâncias do Estado, impele as autarquias locais a realizarem novas funções económicas e sociais.

É através da emergência de uma elite política local que exige a transferência de recursos, que o poder local se vai autonomizando politicamente, de uma forma dinâmica e reivindicativa.

Neste espírito, desde o 25 de Abril de 1974, que os municípios, pese embora os entraves financeiros com que se debatem, começaram a ter uma autonomia ao nível das suas atribuições e competências, e ao fazerem uso do reforço do seu papel, deixam de ser apenas entidades que se preocupam com o bem-estar das populações e com o desenvolvimento local, enveredando por domínios mais recentes de atuação como a ação social, a educação, a habitação, o planeamento e o ordenamento do território, ou mesmo a saúde.

Segundo Helena Torres Marques (1986:2), o futuro do poder local passava pelo “(...) desenvolvimento económico e a criação de emprego, uma maior participação na ação social, cuidados básicos de saúde, o fomento da educação, do desporto, da cultura, o ordenamento do território e proteção do ambiente (...)”. O poder local devia, igualmente, abrir-se à cooperação internacional tanto a nível cultural, através das geminações de municípios, como a nível económico, aproveitando os fundos comunitários. Estes novos domínios de atuação do poder local deveriam ainda ser acompanhados de forças descentralizadoras e da criação das regiões administrativas.

Durante quase dez anos, a política autárquica incidiu na criação de infraestruturas e na reorganização dos espaços urbanos, dado os baixos níveis de desenvolvimento económico, as grandes assimetrias regionais e carências em infraestruturas urbanas das sociedades locais,

tendo o papel das autarquias passado pela infraestruturação básica e a criação de equipamento indispensável ao nível local.

Nesta sequência, o poder local apercebe-se então que a criação de infraestruturas e equipamentos não é suficiente para refrear o êxodo populacional para os centros e o envelhecimento das periferias. A meta passa a ser encontrar formas de gerar emprego atraindo população, e de evitar que a terciarização seja a única forma de desenvolvimento local. A solução passa pelo planeamento, pela transformação da estrutura administrativa e da sua relação com a sociedade civil, pela gestão municipal dos sistemas de infraestruturas e pelo solucionar das reivindicações das freguesias (Ruivo, Veneza, 1988).

Este emergir da necessidade de desenvolvimento local, levou à aproximação dos serviços às populações, ao aumento do nível de eficácia das competências municipais, criando um conjunto de relações, ao nível do município, onde participasse um número cada vez maior de habitantes. Esta nova fase do poder local conduziu à emergência do movimento associativo intermunicipal, de forma a encontrar soluções supramunicipais para o desenvolvimento (Branco, 1987). O exemplo mais marcante foi a criação, em 1984, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que, no seu II Congresso, em 1985, exigiu, entre outras, uma maior descentralização de competências para as autarquias locais (Veneza, 1986).

Entretanto, em 1984, as autarquias veem alargadas e aumentadas as suas competências e atribuições por via do DL 77/84, de 08 de Março, que estabelece que municípios passem a desempenhar a sua atividade ao nível do equipamento rural e urbano, saneamento básico, energia, transportes e comunicações, educação e ensino, cultura, saúde, tempos livres e recreio (Oliveira, 1996a).

O Governo proporcionou assim um vasto conjunto de atribuições e competências às autarquias; porém, não lhes facultou meios financeiros e técnicos necessários à concretização das novas funções, pelo que o poder local se debatia com uma enorme falta de recursos. Por seu turno, as autarquias alegam a sua maior proximidade com as populações e a necessidade de melhorarem as condições de vida das mesmas, bem como o desenvolvimento social do local para exigirem a transferência do Orçamento Geral do Estado para os municípios, não recusando, todavia, o alargamento das suas competências (Fernandes, 1993a).

No que diz respeito ao processo de desenvolvimento autárquico, este pode ser caracterizado por uma forte dinâmica de evolução, se atendermos à publicação de normativos

legais entre 1999 e 2007 que podem ser considerados extremamente inovadores, no que concerne a competências e atribuições do poder local, designadamente:

- Lei 159/99, de 14 de Setembro – estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais, bem como delimitação da intervenção da Administração Central e da Administração Local, concretizando os princípios de descentralização administrativa e da autonomia do poder local, artigo 13º. (atribuições dos municípios), alínea h) ação social, que se encontra refletida no artigo 23º..

- Lei 169/99, de 18 de Setembro, institui o regime de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias e, bem assim, as respetivas competências. O quadro de competências referidas na lei anterior é atualizado pela concretização de atribuições previstas na lei quadro.

- Lei 5A/2002, de 11 de Janeiro – quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (altera a lei anterior).

- Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, (lei finanças locais) determina o regime financeiro dos municípios e das freguesias.

- Lei 22A/2007, de 29 de Junho (altera lei anterior). O artigo 6º. (promoção da sustentabilidade local) – estabelece que o regime financeiro dos municípios e freguesias deve contribuir para a promoção do desenvolvimento económico, para a preservação do ambiente, para o ordenamento do território e para o bem estar social. O artigo 24º. (fundo social municipal) constitui uma transferência financeira do orçamento do estado consignada ao financiamento de despesas determinadas relativas a atribuições e competências dos municípios, associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social.

Contudo, ao transferir estas áreas de competências para os municípios, pese embora a forma célere e veemente, aquelas não foram, até hoje, totalmente regulamentadas, deixando em aberto um vazio, facilitador de diversas interpretações e práticas.

Em suma, e conforme defendem Mozzicafreddo et al. (1988b), o Poder Local só poderá continuar como sistema político local e independente dos grupos locais e da Administração Central, se as suas ações de desenvolvimento se basearem em consensos alargados nos setores sociais locais, diminuindo o carácter ideológico-partidário da ação política local. Outro

aspecto de não somenos importância, prende-se com a necessidade de uma maior autonomia do poder e da sociedade local, face à Administração Central. Este grau de autonomia dependerá do nível de desenvolvimento económico local, que entretanto se for alcançando. O desfasamento entre o possível e o real, aliado a uma inexistência de estratégias de desenvolvimento local, insta a que os executivos locais tentem solucionar essa disparidade através de um fechamento político da sua gestão, ao invés de agirem ativamente sobre as sociedades locais.

Esta inevitabilidade remete, portanto, para as transformações sociais a que assistimos e para a importância dos Municípios acompanharem essas tendências que se vão verificando e que, seguramente, terão implicações, quer na gestão financeira, quer na acrescida intervenção a que os Municípios se estão a ver obrigados a realizar, face às crescentes dificuldades das famílias e conseqüente agravamento da sua situação social e aos cortes nos apoios sociais.

Não obstante todos os constrangimentos, avanços e recuos atrás evidenciados, imprimidos ao Poder Local, segundo reclama a Associação Nacional de Municípios Portugueses, os Municípios estão a desenvolver atividades diversificadas em domínios como a Educação, Ação Social, Saúde e a Habitação, áreas que embora fora das estritas competências municipais, têm sido objeto de crescentes iniciativas, querendo significar que se tratam de competências da Administração Central, que estão, em muitos casos, a ser exercidas voluntariamente por diversos municípios, substituindo-se à incapacidade de resposta daquela.

Defende por fim a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que para o exercício universal deste tipo de competências, será necessário que o Governo proceda à respetiva transferência de responsabilidades e meios financeiros para os municípios, no âmbito da ulteriormente referida Lei 159/99, e que, seja alargado o âmbito das competências a incluir no Fundo Social Municipal (FSM), aumentando o valor deste, com verbas suplementares a transferir, conforme a igualmente mencionada Lei 2/2007 prevê.

CAPÍTULO II — AUTARQUIA LOCAL

O MUNICÍPIO DE SOUSEL

Seguindo uma perspectiva no plano metodológico – meso, ao nível de estrutura da organização, importa desenvolver uma caracterização da mesma, que visa identificar a missão, os objetivos, as áreas técnicas de ação, os recursos humanos; estrutura hierarquizada da organização, formalizada no organigrama que comporta as diferentes unidades orgânicas e das quais se dará especial relevo à divisão agora designada Divisão de Educação, Ação Social, Saúde e Habitação, na qual me encontro inserida profissionalmente.

Não sem antes desenvolver uma breve caracterização sociodemográfica do Concelho de Sousel, e, bem assim, resenha sob o ponto de vista do desenvolvimento económico, que dadas as suas especificidades locais, se encontra inserido em meio rural.

2. Caracterização Sociodemográfica do Território

O concelho de Sousel pertence ao distrito de Portalegre mas faz a “fronteira” deste, com o distrito de Évora distando 56 km e 62 Km, respetivamente, das duas cidades.

É delimitado pelos Concelhos de Fronteira a Norte, Estremoz a Este, Arraiolos a Sul e Avis a Oeste.

Inserese na Unidade Territorial NUT III Alentejo Central. É composto por 4 freguesias: Sousel, Cano, Casa Branca, e Santo Amaro e, dois lugares, Almadafe e Vale de Freixo, pertencentes à freguesia de Casa Branca. É constituído por zonas predominantemente rurais, ocupando uma área de 279,3 km². (INE Censos, 2011).

Em termos demográficos, o Concelho de Sousel possuía, em 2011, 5103 indivíduos residentes no concelho, assistindo-se a um forte decréscimo populacional, superior a 10%, mais precisamente -11,71%, comparativamente ao ano de 2001 (5780 habitantes), ou seja, o Concelho de Sousel perdeu 677 habitantes num intervalo de dez anos.(Censos, 2011)

Perde, assim, posição relativamente à hierarquia de concelhos mais populosos, no contexto dos quinze que integram o Distrito de Portalegre, situando-se agora em nono lugar.

Relativamente aos movimentos naturais, existe a tendência para a sobreposição dos valores da taxa de mortalidade, face aos da natalidade, refletindo-se num saldo fisiológico negativo.

2.1 Estrutura Etária

A distribuição da estrutura etária da população do Concelho de Sousel e respetiva evolução, acompanha a tendência do País, contudo, de forma bastante mais acentuada. Apesar do concelho ainda ter uma importante percentagem de jovens, comparativamente a outros concelhos limítrofes, não é alheio ao processo de envelhecimento da população, que caracteriza a área em que se insere, pois assistimos a um índice de envelhecimento da população, fixado em 138% . (INE, 2010)

Os grupos mais idosos estão a aumentar e os mais jovens a registar decréscimos numéricos. Efetivamente, começam a manifestar-se sinais de envelhecimento da população, nomeadamente com a diminuição da proporção de jovens (dos 0 aos 14 anos) e com o aumento dos idosos (idades superiores a 65 anos), refletindo-se numa estrutura etária em fase de envelhecimento.

2.2 Caracterização Económica

Trata-se de uma região com uma base económica pouco robusta, constituída por micro e pequenas empresas, geralmente do tipo familiar, com fraco dinamismo e fracas capacidades empreendedoras; este vetor reveste-se de uma importância extrema.

O tecido empresarial de Sousel tem vindo, ao longo dos anos, a sofrer uma transformação do setor primário, que absorvia o maior número de mão-de-obra, para o setor terciário, consequência da mecanização e do abandono da agricultura.

A agricultura, não obstante o reduzido número de pessoas que envolve, continua a ter um peso significativo na geração de riqueza no concelho, nomeadamente na produção de azeite, pois existe uma enorme mancha de olival, produz-se um azeite com elevada qualidade, e laboram quatro cooperativas de olivicultores.

O Município de Sousel, em 2007, elaborou em parceria com a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), um estudo sobre o potencial e crescimento do setor olivícola, com vista a desenvolver, conjuntamente, com as Cooperativas de Sousel, Cano e Casa Branca um projeto de fusão e implementação de um lagar único.

Também as produções de cereais, tomate e a cortiça contribuem de forma significativa para a economia local. Todavia, a produção obtida é vendida a empresas transformadoras externas ao concelho. Excetua-se as cooperativas olivícolas.

De salientar, que, é neste concelho, que está sediado o Matadouro Regional do Alto Alentejo – MATSEL, um dos investimentos mais relevantes de Sousel, que tem como área de abrangência, os distritos de Portalegre e Évora.

Este equipamento, permitiu, não só, a criação de postos de trabalho, como o aumento das explorações pecuárias, e, a atração de investimentos, designadamente, a instalação na zona industrial, de empresas de transformação de carnes e enchidos, com a certificação de produtos regionais.

Também a queijaria detém alguma expressão, quer na obtenção de receitas, quer na criação de postos de trabalho.

Por fim, destacam-se os recursos cinegéticos, por constituírem, também, uma das fontes de riqueza, tendo sido o Concelho de Sousel, pioneiro no País, com a criação da primeira reserva de caça turística, denominada ENASEL.

2.3 Evolução Recente do Investimento Público

O dinamismo económico e empresarial, e o inerente desenvolvimento de um território, estão muito dependentes dos investimentos nele promovidos. Nessa medida, o setor público local tem-se mostrado bastante dinâmico e isso tem-se manifestado, particularmente, no acesso a apoios provenientes dos programas comunitários.

O Concelho Sousel tem efetuado um grande esforço, ao nível do investimento em infraestruturação e construção de equipamentos, no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio, sendo certo, que é nos QCA II e III, que se encontra a maioria dos projetos de grande dimensão, como sejam, a construção do auditório e da biblioteca municipal, uma piscina

coberta de 50 metros na freguesia da Sousel, a construção das ETARS de Casa Branca e Sousel, e, a reestruturação ao nível do saneamento básico, com a renovação, em todo o concelho, de todas as ligações, contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental concelhia.

Ao abrigo do QCA III, através do Programa Operacional, apresentou projetos, a maioria deles enquadrados no domínio das acessibilidades, com intervenções, por exemplo, em estradas danificadas. Ainda, a construção de centro cultural; e do novo centro de saúde, dotado de excelentes condições para intervenções ao nível dos primeiros socorros. E, a construção das extensões de saúde, de Cano e Casa Branca, que servem de apoio ao Centro de Saúde de Sousel.

No âmbito do QREN, o Município candidatou o parque desportivo que contempla um relvado sintético; um court de ténis e um polidesportivo, assim como, as infraestruturas de apoio.

Ao nível do investimento camarário, e de acordo com as Grandes Opções do Plano, destacam-se as intervenções nos domínios das comunicações e do saneamento básico, no sentido de melhorar as condições existentes, e as taxas de cobertura. No mesmo documento, destacam-se as intervenções no domínio do planeamento urbanístico e urbanização, com vários projetos, nomeadamente, os loteamentos para a habitação a custos controlados, que permite a fixação de população, através da aquisição de terrenos a preços mais baixos.

Por fim, iniciou-se, já no corrente ano, a construção do centro escolar que irá contemplar várias áreas bem definidas, desde o pré-escolar ao terceiro ciclo, infraestruturas de apoio, como sejam, zona de convívio, refeitório, biblioteca, incluindo a escola de música que integrará este espaço.

Em suma, o concelho de Sousel encontra-se dotado de infraestruturas físicas e de potencial humano, que lhe permitem prosseguir uma política de desenvolvimento sustentável, capaz de assegurar a melhoria das condições de vida das suas populações presentes, e, das gerações futuras.

2.4 Contexto Organizacional

A pretexto da descrição anteriormente efetuada, será aqui desenvolvida uma abordagem numa perspetiva do plano meso (organizações, autarquia local) estratégia da autarquia, definição de políticas de desenvolvimento social; o estabelecimento dos objetivos estratégicos para as unidades orgânicas, enquadradas na missão e visão da organização, sendo que, alguns, são transversais a todas as unidades orgânicas, enquanto outros, implicam diretamente a unidade orgânica em que me encontro inserida em termos profissionais, de carreira e categoria: “reforçar a coesão social”.

2.4.1 Visão

A visão da Câmara Municipal consiste em garantir o desenvolvimento de uma política de qualidade de vida a todos os seus munícipes e visitantes.

2.4.2 Missão

A Câmara Municipal de Sousel tem por Missão, a prestação do serviço público com excelência, qualidade, eficiência e eficácia, numa ótica de responsabilidade e compromisso com esse mesmo serviço.

No cumprimento desta missão, utiliza critérios de rigor, transparência e integridade, tendo em vista o desenvolvimento do Concelho de Sousel, e, satisfação dos munícipes, colaboradores e funcionários da organização.

O Município de Sousel pauta-se por uma cultura organizacional suportada por um conjunto de valores partilhados:

- O sentido público de serviço à população e aos cidadãos;
- O respeito absoluto pela legalidade, pela igualdade de tratamento de todos os cidadãos e pelos direitos e interesses destes, protegidos por lei;
- A transparência, diálogo e participação, expressas numa atitude permanente de interação com as populações;

- A qualidade, inovação e procura, da contínua introdução de soluções inovadoras, capazes de permitirem a racionalização e desburocratização e o aumento da produtividade na prestação dos serviços à população;
- A qualidade de gestão assente em critérios técnicos, humanos, económicos e financeiros eficazes. (<http://www.cm-sousel.pt/pt/component/phocadownload/category/119-outros-documentos-2013>)

2.5 Órgãos Municipais

Os órgãos representativos do município são: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, os quais, são eleitos, por sufrágio universal direto e secreto dos cidadãos recenseados na área do Município, segundo o sistema de representação proporcional.

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município, e é constituído por dezanove membros, dos quais quinze são eleitos diretamente (o triplo do número de membros da câmara municipal) e quatro são os Presidentes das Juntas de Freguesia.

A Câmara Municipal, por seu turno, é o órgão executivo colegial do Município, e é eleito em simultâneo com a Assembleia Municipal. É constituído pelo presidente da câmara (sendo este o primeiro candidato da lista mais votada) e quatro vereadores. (Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro).

2.5.1 Câmara Municipal

As competências deste órgão estão definidas no Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias (a já anteriormente aludida Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro); no entanto, parece-nos pertinente, nos termos que a seguir muito resumidamente se indicam, elencar sob o ponto de vista de áreas:

- No âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente;
- No domínio do planeamento e desenvolvimento;

- De natureza consultiva;
- De apoio a atividades de interesse municipal;
- Em matéria de licenciamento e fiscalização;
- E no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos.

2.6 Organização e Gestão Municipais

A estrutura orgânica da Câmara Municipal de Sousel é representada graficamente pelo organograma que se constitui em anexo ao presente trabalho, em suporte digital cd. (publicado no DR, 2ª. Série, nº. 223, de 23/11/2010)

Este Aviso nº. 24328/2010 (publicado no DR, 2ª. Série, de 23/11/2010), apresenta o Regulamento de Organização dos Serviços de Município de Sousel, como modelo de estrutura orgânica hierarquizada, fixando em sete, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, e em duas subunidades orgânicas, bem como a previsão de cargos dirigentes de 3º. grau, estabelecendo as suas competências, a área e requisitos de recrutamento e ainda a identificação dos níveis remuneratórios.

2.6.1 Objetivos da organização

O regulamento supramencionado reflete a transversalidade a todos os serviços municipais, definindo os objetivos, a organização e os métodos de gestão daqueles, e, bem assim, os princípios que os regem, nos termos da legislação em vigor.

Assim, no âmbito das suas atividades, todos os serviços municipais devem prosseguir, nos termos e nas formas previstas na lei, os seguintes objetivos:

- a) Obtenção de crescentes índices de melhoria na prestação de serviços às populações;
- b) Prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos dos cidadãos, observando-se todos os princípios de atuação previstos no Código do Procedimento Administrativo e demais normas aplicáveis;

- c) Incentivo da participação dos cidadãos na marcha dos assuntos municipais;
- d) Promoção do progresso económico, social e cultural do concelho;
- e) Máximo aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis;
- f) Dignificação e valorização profissional dos trabalhadores municipais;
- g) Resolução atempada dos problemas das populações;
- h) Prestígio e dignificação do poder local.

2.6.2 Princípios de gestão

A organização, a estrutura e o funcionamento dos Serviços Municipais de Sousel, orientam-se, pelos princípios: da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos munícipes, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação dos recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado, e, da garantia da participação dos cidadãos, bem como, pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa, e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.

Complementarmente, são adotados critérios e procedimentos caracterizadores de uma gestão flexível, racionalizando a gestão de recursos, uma melhor fundamentação, agilização de processos de tomada de decisão, e, um melhor acompanhamento das atividades de carácter estratégico para desenvolvimento do concelho.

A ação dos Serviços Municipais será, assim, orientada por um planeamento global e setorial, definido pelos órgãos da autarquia, em função da necessidade de promover a melhoria de condições de vida das populações e de desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, devendo os serviços colaborar, ativamente, com os órgãos municipais, na formulação e concretização dos diferentes instrumentos de planeamento e programação.

2.6.3 Instrumentos de Planeamento e Programação

— Plano Diretor Municipal — integrando os aspetos físico-territoriais, económicos, sociais, financeiros e institucionais - que define o quadro global de referência da atuação municipal e as bases para a elaboração dos planos e programas de atividades.

— Planos Plurianuais e Programas Anuais de Atividades — sistematizando objetivos e metas de atuação municipal, definem o conjunto de realizações, ações e empreendimentos que a câmara pretenda levar à prática durante o período considerado.

— Orçamento e Grandes Opções do Plano — alocando os recursos financeiros adequados ao cumprimento dos objetivos e metas, fixados no programa anual de atividades, constitui um quadro de referência da gestão económica e financeira do município.

— Agenda 21 Local de Sousel – plano de carácter estratégico e operacional que visa alcançar uma comunidade com uma economia local forte e viável; socialmente justa, inclusiva e em paz; eco eficiente e com boa governação. Apela à construção de uma visão integradora dos aspetos ambientais, sociais e económicos, assentando numa forte governação local participada entre todos os atores que intervêm no território (cidadãos, associações, empresas, administração local e central, etc.) procura formar consensos e parcerias para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local sustentável.

— Carta Educativa – instrumento fundamental de planeamento, indissociável das propostas do Plano Diretor Municipal. Documento dinâmico que subentende uma reconfiguração da rede educativa, projetada num determinado horizonte temporal, como extensão de uma política destinada a ser permanentemente avaliada e atualizada nos planos normativos e na gestão administrativa e operacional. Visa delinear os contornos da rede educativa; adequar a oferta e a procura; promover o desenvolvimento do processo de agrupamentos de escolas e garantir a coerência da rede escolar com a política urbana do Município.

— Plano de Desenvolvimento Social (PDS) – instrumento orientador de ações presentes e futuras, no Concelho de Sousel, ao nível das diferentes áreas de intervenção, expressas em finalidades e objetivos, baseado em dinâmicas de articulação e de parceria, com o intuito de promover a erradicação da pobreza, a promoção do emprego, a integração social e o desenvolvimento local.

—Planos de Ação – documento que tem por finalidade a operacionalização de ações, de objetivos estratégicos e específicos, preconizados no Plano de Desenvolvimento Social.

—Plano Operacional para o Turismo de Sousel (POTS) - visa operacionalizar a dinamização turística, económica e social e promover o desenvolvimento sustentável do Concelho de Sousel. (<http://www.cm-sousel.pt/pt/edicoes-municipais/>)

2.7 Objetivos Gerais

No desempenho das suas funções e tendo em vista o desenvolvimento económico e social do Município de Sousel, os Serviços Municipais prosseguem os seguintes objetivos:

- a) Realização plena das ações e tarefas definidas pelos órgãos municipais, designadamente as constantes do Plano Plurianual de Investimentos, numa ótica de gestão por objetivos;
- b) Liderança no planeamento e conseqüente subordinação da gestão económico-financeira, obtendo índices máximos quantitativos e qualitativos na prestação de serviço às populações;
- c) Avaliação dos desempenhos e resultados obtidos, através da assunção dos sistemas de avaliação de desempenho, das unidades orgânicas, dirigentes e trabalhadores, como instrumento de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos anuais e plurianuais e planos de atividades, dignificando a valorização cívica e profissional dos trabalhadores municipais;
- d) Planeamento, programação, orçamentação e controlo das atividades desenvolvidas, aproveitando os recursos disponíveis com vista a uma gestão equilibrada e moderna;
- e) Afetação preferencial e flexível dos recursos municipais às atividades a desenvolver e não diretamente às unidades orgânicas;
- f) Controlo de execução das atividades e contínua avaliação do desempenho, tendo em conta objetivos de eficácia, eficiência e qualidade;
- g) Progressiva descentralização de serviços e de delegação de competências;
- h) Responsabilização dos dirigentes pela gestão dos recursos sob sua responsabilidade, pela eficiência económica e social das respetivas unidades orgânicas e pelos resultados alcançados.

2.8 Estrutura Organizacional

Para a prossecução das atribuições e competências cometidas à Câmara Municipal, os Serviços Municipais adotam o modelo de uma estrutura hierarquizada, constituída por:

- a) Unidades orgânicas flexíveis;
- b) Subunidades orgânicas.

Foram ainda criados os Serviços de Assessoria e Coordenação os quais constituem as estruturas de apoio direto à Câmara Municipal, ao Presidente e aos Vereadores com competências delegadas.

2.8.1 Atribuições e competências

Compete aos serviços de assessoria e coordenação proceder ao tratamento e à informação direta sobre processos cuja iniciativa ou execução não corram pelas unidades orgânicas flexíveis, bem como a conceção, o acompanhamento e a coordenação de ações ou programas específicos que tenham sido determinados pelo executivo, presidente ou vereadores com competências delegadas.

Já as competências específicas de cada um destes serviços são definidas por deliberação da Câmara Municipal.

O conjunto das atribuições e competências de cada Unidade Orgânica Flexível ou de cada Subunidade Orgânica constituem o quadro de referência da respetiva atividade, podendo, no entanto, ser ampliadas ou modificadas, também por deliberação do executivo municipal.

2.9 Estrutura Flexível

A estrutura flexível é composta por unidades orgânicas flexíveis, constituindo uma componente variável da organização dos Serviços Municipais, que visa assegurar a sua permanente adequação às necessidades operacionais a curto e médio prazos, aos objetivos anualmente fixados, aos meios humanos e tecnológicos disponíveis, respondendo, com

flexibilidade e oportunidade, às exigências operacionais determinadas pela prossecução das atribuições municipais e pela dinâmica socioeconómica envolvente.

Em síntese, a Presidência define a estrutura hierárquica da organização, formalizada no organigrama geral, bem como as responsabilidades dos colaboradores que se encontram definidas nos mapas de processos e nos procedimentos. (Lei 75/2013, de 12 de setembro)

A estratégia e as políticas gerais são definidas pelo Executivo Municipal, assim como os objetivos estratégicos da organização. Estes são traduzidos posteriormente, pelos dirigentes máximos dos serviços e gestores de processos. São estabelecidas metas a alcançar, compromissos e responsabilidades para se obter a melhoria contínua e um aumento de eficiência global da organização.

Quanto aos objetivos estipulados, são definidas sempre que considerados pertinentes, as ações, meios e recursos necessários para a sua concretização.

Procede-se, por fim, à avaliação da adequabilidade e eficiência das ações, meios e recursos necessários e disponíveis, permitindo analisar o cumprimento dos objetivos inicialmente estabelecidos, de modo a serem desencadeadas as ações necessárias e determinados novos objetivos.

CAPÍTULO III - A AUTARQUIA LOCAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.1 Desenvolvimento Sustentável

A maioria dos graves problemas ambientais existentes em Portugal, resulta da falta de planeamento, situando-se as suas raízes nas diferentes atividades económicas e sociais, locais e regionais, públicas ou privadas. Todavia, uma parte desses problemas, deve-se ao enquadramento legal que atribui às autoridades locais e regionais, a capacidade de supervisionar o planeamento e a realização das atividades dos particulares (Costa, 2000).

Nos últimos anos, designadamente a partir da Cimeira do Rio de 1992, o desenvolvimento sustentável, converteu-se num objetivo importante de política pública, quer ao nível nacional, quer internacional. Passando a ser genericamente aceite a intervenção dos Estados nacionais, com o firme propósito de encorajar a conservação do ambiente e dos recursos naturais.

Com efeito, desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que perdura, não podendo ser afetado por comportamentos assumidos no presente, cujas consequências principais venham a ser sentidas apenas no futuro, pondo em causa o bem estar das gerações vindouras.

A sustentabilidade está, assim, relacionada com a medida do bem-estar, especialmente de um ponto de vista de equidade entre gerações. Ora, isto implica o planeamento a muito longo prazo, querendo significar que teremos que atribuir um maior peso ao bem estar das gerações futuras, do que aquele que é atribuído presentemente.

Na definição Relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta duas componentes essenciais: a primeira diz respeito às necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações presentes; a segunda assenta numa dimensão intemporal, expressa na ideia de que o bem estar da geração atual não pode comprometer a hipótese de bem estar das gerações futuras. Esta dualidade afeta, na opinião de muitos autores, os níveis de acumulação dos stocks dos diferentes tipos de capital produzido, recursos naturais e recursos humanos. Afeta igualmente, o capital social e institucional, ou seja, a confiança na disponibilidade e capacidade dos restantes membros da comunidade para respeitar os seus contratos e obrigações (Costa, 2000).

3.2 A Agenda 21 Local

A Agenda 21 constitui um programa de ação das Nações Unidas que visa, principalmente, estabelecer a coordenação, ao nível internacional, de uma série de resoluções conducentes à obtenção de um tipo de desenvolvimento que possa vir a ser sustentável no Século XXI, representando de certa forma, o consenso internacional, conseguido ao momento, sobre as ações necessárias para mover o mundo no sentido da meta proposta. Os procedimentos acordados identificam como crucial, os impactos dos comportamentos humanos, face ao ambiente e à importância da sustentabilidade dos sistemas de produção, isto é, pretende-se alcançar o alívio da pobreza, da fome, da doença e da iliteracia, ao nível mundial, ao mesmo tempo que se tenta sustentar a deterioração dos ecossistemas de que a humanidade depende para sustento da sua vida.

O capítulo 7 da 1ª. Secção e o capítulo 28 da 3ª. Secção, da Agenda 21 refletem uma preocupação com as questões relacionadas com o papel a desempenhar pelos governos locais, para o obtenção do desenvolvimento sustentável.

Na sequência do que em capítulo anterior se referiu, relativamente ao quadro constitucional de autonomia das autarquias locais, estas dispõem de competências jurídicas e administrativas para assumirem as funções principais do setor público, necessárias à tomada de iniciativas conducentes à obtenção de um desenvolvimento sustentável.

Com efeito, a grande maioria da literatura, considera que as funções principais dos estado incluem, não só a estabilização económica (através de políticas destinadas à obtenção de determinadas metas macroeconómicas) e a distribuição de riqueza (garantindo a sua conformidade com o que a sociedade considera uma situação justa e equitativa), mas também a afetação de recursos que abrange o fornecimento de bens sociais ou o processo através do qual a utilização dos recursos totais é dividida entre bens privados e bens sociais. Assim sendo, é neste campo da afetação dos recursos, em especial no que respeita à provisão dos bens públicos, e também, em certa medida, como colaboradores da implementação das medidas de estabilização económicas, que as Autarquias Locais podem atuar .

3.3 A Agenda 21 Local de Sousel

Verifica-se uma fraca adesão por parte das autarquias locais, para assumir um papel na prossecução de um desenvolvimento sustentável, não estabelecendo políticas ambientais, não aprovando regulamentos ou posturas que exijam um comportamento correto do ponto de vista ambiental dos seus cidadãos e agentes económicos; antes se limitam a ajudar na implementação das políticas estabelecidas ao nível do Governo Central; o Município de Sousel tem vindo a envidar esforços no sentido contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Contudo, sabendo-se que assumir um comportamento sustentável não passa unicamente pela construção de ETAR's, aterros sanitários, recolha e tratamento de lixos ou pontos de recolha de resíduos para reciclagem, o município assumiu um papel responsável, tendo desencadeado mecanismos para desenvolver o programa.

Neste intuito, a Agenda 21 Local de Sousel (A21L) iniciou-se com a realização de uma Sessão Interna de formação e aferição da metodologia de trabalho destinada aos quadros técnicos, dirigentes e decisores autárquicos. Esta sessão, realizada a 11 de Julho de 2006 permitiu definir o modelo organizativo para a gestão interna da A21L, os seus conceitos e objetivos.

A A21L para o Concelho de Sousel constitui-se num plano de carácter estratégico e operacional que tem como principal objetivo o alcance de uma comunidade sustentável, ou seja, uma comunidade com uma economia local forte e viável; socialmente justa, inclusiva e em paz; eco eficiente e com boa governação.

Apela à construção de uma visão integradora dos aspetos ambientais, sociais e económicos, assentando numa forte governação local, participada entre todos os atores que intervêm no território (cidadãos, associações, empresas, administração local e central, etc.) procurando formar consensos e parcerias para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local sustentável.

Resumidamente, a A21L visou atingir os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o estado do desenvolvimento sustentável no concelho e detetar os principais pontos fortes e fracos e as suas tendências de evolução;
- Selecionar e concentrar as atenções nos principais desafios e oportunidades, os quais requerem atenção mais premente;
- Definir estratégias integradas e quadros de ações de intervenção;

- Propor ações concretas, viradas para a implementação e para a ultrapassagem dos desafios;
- Incentivar a cooperação entre os diferentes atores locais para a resolução de problemas concretos e de interesse mútuo;
- Promover a participação dos cidadãos e de outros agentes locais e responder às suas aspirações de aumento da qualidade de vida;
- Monitorizar a evolução do desenvolvimento do Concelho, propondo-se, para isso, um painel de indicadores de sustentabilidade, especialmente construído com atenção às características locais.

A elaboração da A21L de Sousel implicou uma forte parceria entre a Câmara Municipal de Sousel, a Associação de Municípios do Norte Alentejano (AMNA) e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL).

Cada entidade desempenhou da melhor forma as tarefas a si atribuídas e, em conjunto, implementou uma metodologia que fosse adequada ao contexto sociocultural, económico, ambiental e territorial em que Sousel se insere.

(<http://www.cm-sousel.pt/pt/agenda-21-local>)

CAPÍTULO IV – O PAPEL PROFISSIONAL DO SOCIÓLOGO

4.1 Dimensão Triangular da Sociologia

A relação tripartida da Sociologia: ciência, formação e profissão é defendida por vários autores.

Segundo António Costa (1988) aquela disciplina aparece desdobrada em três componentes que se interligam fortemente entre si, quais sejam: a sociologia como ciência, a sociologia como formação e a sociologia como profissão. A primeira remete para um conjunto específico de critérios e instrumentos cognitivos, conhecimentos acumulados e práticas de investigação. Núcleo constitutivo da sociologia, confere-lhe configuração própria, enquanto uma das áreas consolidadas do saber contemporâneo, sendo ainda base principal a partir da qual se desenvolvem as outras duas componentes. A segunda, incide em primeiro plano sobre o sistema de ensino, sobre os cursos, graus e diplomas, e, de um modo mais geral, sobre os processos de aprendizagem. A terceira, a sociologia como profissão, reporta-se à diversidade de papéis e práticas profissionais em sociologia, e, bem assim, parâmetros e processos de constituição dos sociólogos como grupo profissional, incorporando aspetos relativos às suas modalidades de cultura profissional e às suas formas de associação/organização coletiva.

Estas três componentes não existem, pois, umas sem as outras, sendo que, as dinâmicas, presentes e futuras, de cada qual e, outrossim, a sociologia no seu conjunto, dependem cada vez mais da respetiva articulação.

Também Fernando Machado (1996) defende que as implicações que decorrem desta evolução profissional, no contexto da sociologia portuguesa, enquanto ciência e profissão, se referem basicamente a questões que têm que ver com a relação triangular entre flexibilidade social, profissionalização dos sociólogos e prática sociológica, evidenciando que a profissionalização da sociologia e dos sociólogos em Portugal, conheceu, a vários títulos, uma evolução muito positiva.

Assim, é o conhecimento que assegura às profissões a autonomia, o monopólio profissional e, bem assim, o poder que caracteriza os profissionais na sociedade.

Este conceito de profissão, desde há muito tempo que vem sendo trabalhado, prosseguindo sempre em construção, tanto mais, se tivermos em conta que continuam a emergir novas ocupações nas sociedades modernas, que aspiram ao 'estatuto' de profissão e a desaparecer outras, que aparentemente já se tinham constituído como tal. Assistimos assim, a uma intensa e dinâmica reconfiguração profissional (e social) nas sociedades contemporâneas.

Em Portugal, a profissão de sociólogo é precisamente uma das profissões que só recentemente se consolidou e desenvolveu como tal. Processo, aliás, que está longe de estar concluído, dado que continuamente surgem novas aplicações do conhecimento sociológico, novas áreas de intervenção e, conseqüentemente, novas necessidades de criação e definição de novos papéis profissionais.

Será, pois, consubstanciada nesta terceira vertente, a sociologia como profissão, que iremos desenvolver o presente trabalho.

4.2 Sociologia e Sociedade

A questão das relações dos sociólogos com a sociedade ganha uma configuração específica, seja qual for o nível considerado: o dos papéis/práticas profissionais de cada sociólogo e o do grupo/organização profissional do conjunto de sociólogos.

Tal tema, respeita às relações dos sociólogos, quer com as entidades empregadoras, com as organizações em que trabalham, com grupos e meios sociais, objeto de estudo científico e ação profissional dos sociólogos, com profissionais de outras áreas, com os meios de comunicação social, quer com outras instâncias de formação de opinião pública e, mais em abstrato, com a sociedade em geral. Esta relação, refere Costa (1988), aplica-se a todos os sociólogos, quer sejam profissionais do ensino superior e da investigação científica, quer desempenhem outros papéis profissionais, noutras organizações.

Dessas relações da sociologia com a sociedade, não podemos dissociar a dimensão cognitiva da sociologia, da dimensão deontológica, que embora presente nas outras duas componentes, assumem um papel de maior relevo na componente profissão.

Deste modo, as relações da sociologia com a sociedade atual, envolvem, de maneira incontornável, a componente profissional, apesar desta não esgotar, evidentemente, todos os aspetos relevantes dessas relações.

Sublinha Costa (1988) que, um dos contextos de atividade mais frequentemente encontrados é o das câmaras municipais, que inserem profissionalmente sociólogos em áreas como animação cultural, intervenção social, projetos de desenvolvimento local, planeamento urbanístico, reabilitação urbana, proteção civil, ambiente, educação, desporto e gestão de recursos humanos, revelando-se, aliás, razoavelmente dinâmica a profissionalização dos sociólogos nas autarquias, ao contrário do que se verifica noutros contextos em que se encontra bastante estagnada.

Em certos casos, a profissionalização é precoce, situação em que me enquadrado, tendo em conta que já existia uma atividade profissional estável antes da frequência e conclusão da licenciatura em Sociologia, tendo esta influenciado de forma bastante significativa o meu trajeto profissional subsequente, e, cuja prática profissional, adiante se relatará.

4.3 A Sociologia Como Profissão

De facto, a sociologia é uma ciência relativamente recente mas assiste-se hoje no nosso país, a uma crescente consolidação e diversificação das práticas profissionais em sociologia.

A queda do regime de ditadura e a instauração de um regime democrático, criaram as condições necessárias para uma nova economia mais dinâmica, para um alargamento e diversificação dos mercados de trabalho, uma maior movimentação nas recomposições da estrutura socioprofissional que favoreceram, sem dúvida, a “hospitalidade institucional e pública, perante uma forma de saber que traz instrumentos, teóricos e metodológicos, que parecem responder à ávida curiosidade de uma cidadania em construção (...) que procura intervir, informar-se e se interroga sobre a sociedade” (...), afirmam Helena Carreiras et al (1999:3) num processo cada vez mais intenso de reflexividade social. A partir dessa altura, multiplicam-se as criações dos cursos de licenciatura em diversas Universidades de Portugal. A sociedade começa cada vez mais a mostrar-se curiosa e aberta aos contributos que a sociologia pode trazer.

Nesta sequência, começou a verificar-se um impressionante crescimento quantitativo e qualitativo do campo profissional dos sociólogos em Portugal, que conduziu ao aumento do

número de sociólogos a exercerem a profissão noutros setores que não apenas a investigação e o ensino universitário, como sejam, empresas e organizações privadas, desenvolvendo funções de gestão de recursos humanos, de formação, gestão de qualidade, em autarquias, no planeamento urbanístico, na reabilitação urbana e ambiental, na animação cultural, ligados aos setores da cultura e comunicação, ou, ainda, na administração pública e políticas sociais, participando em projetos de luta contra a pobreza e a exclusão social, na reinserção social, na avaliação de projetos e políticas sociais de emprego, ação social, de saúde, de educação, de habitação, etc, nestas últimas áreas, também eu exerci a minha atividade profissional, sempre enquanto técnica superior de sociologia do quadro da câmara municipal de Sousel.

A evolução das categorias profissionais dos sociólogos inscritos na Associação Portuguesa de Sociologia (adiante designada de APS) é bem ilustrativa de toda esta crescente diversidade.

Quando foi criada, em 1985, a associação englobava quase exclusivamente, professores e investigadores universitários, tendo-se verificado, posteriormente, uma gradual feminização, um rejuvenescimento e uma diversificação do corpo associativo da APS.

Na sequência de análise de dados reportados a 2001, verificamos que 67% dos membros são do sexo feminino e que a distribuição destes, em termos de idades, tem vindo nos últimos anos a sofrer um rejuvenescimento que conduziu também a um maior equilíbrio etário.

Quanto às atividades profissionais, são, ainda mais frequentemente exercidas na área do ensino e investigação. Em 2001, 41% dos associados da APS tinham como atividade profissional a docência e a investigação no Ensino Superior Público e Privado (contra 67% em 1988), seguidos pelos Quadros e Especialistas da Administração Pública e das Empresas com 37% dos sociólogos, sendo, por isso, o Estado o principal empregador de Sociólogos até à altura.

Porém, começamos a assistir a uma gradual recomposição dos diversos tipos de atividade profissional dos sociólogos. Para tal, têm contribuído não só o aumento da oferta e procura de ensino universitário nesta área, como o financiamento público da investigação universitária e os muitos pedidos, tanto da administração pública como de instituições privadas, meios de comunicação, etc. Inerente a todo este processo de recomposição na prática profissional da sociologia, ressalta a capacidade das sociedades modernas para uma maior reflexividade social.

Segundo Isabel Guerra (2007), desde muito cedo, as práticas profissionais em sociologia sempre apresentaram um percurso dicotómico, confrontando uma sociologia abstrata com uma sociologia de terreno.

Autores como Bourdieu, Chamboredon, Passeron defendem que a profissão de sociólogo incidia na descodificação do senso comum, desconstruindo as pré-noções utilizadas pelo cidadão vulgar e pelos mass media, recorrendo a um método rigoroso de elaboração do conhecimento, através da observação aprofundada dos factos, da crítica teórica dos conceitos e das modalidades de interpretação.

Para estes autores, explicita Isabel Guerra (2002), a competência requerida era a da epistemologia crítica, suscetível de demonstrar a força dos factos e dos processos fundadores da sociedade, guiando sempre as estruturas e relações sociais escondidas do olhar do ator ideológico e político.

Já outros sociólogos como Touraine, Crozier, Mendras enveredaram por percursos profissionalizantes sem, todavia, esquecerem a fundamentação teórica de uma obra produzida nas últimas décadas. Evidenciam o trabalho do sociólogo através da acumulação de conhecimentos relativos a dinâmicas das relações sociais suscetíveis de entenderem os sistemas sociais de funcionamento complexo, podendo ser transformados por ações conscientes dos atores sociais. Tal atividade desenvolve-se através de apoios àqueles, na explicação dos campos de força e das dinâmicas de sistemas complexos.

Dos anos 60 até aos dias de hoje, assistimos a um período rico em desenvolvimentos para a disciplina, todavia cheio de mal entendidos. Uns sociólogos admitem a sua utilidade social, face a dois tipos de procura que consideram radicalmente diferentes: a intervenção em ações de reforma (consideradas conservadoras e integradoras), decididas por dirigentes de empresas ou políticos, versus, os meios científicos e universitários desejosos de construir um corpus teórico pertinente para pensar a modernidade das sociedades de crescimento industrial e urbano. Sainsaulieu (1995) salienta, a este propósito, que a sociologia no seu conjunto, esteve durante muito tempo estruturada através de um desenvolvimento desarticulado entre a ciência a produzir e a sociedade a construir.

Passados 20 anos da construção de uma profissão focalizada na produção de um trabalho científico, eis que a procura social se altera, os campos profissionais proliferam: a reconstrução e a animação de bairros, a modernização de empresas, a análise de necessidades, a fragilidade

das periferias, a interioridade, o marketing social e político, a inserção dos excluídos, a socialização pela família ou pela escola, a renovação de práticas sindicais, a formação das elites e dos adultos, o desenvolvimento local e o emprego, ..., constituem campos profissionais que recorrem aos profissionais das ciências sociais como consultores, formadores, animadores, gestores e outros.

Cada vez mais, a agudização de um “estado de crise” nas sociedades ocidentais, implica o ressurgimento de situações de injustiça e desigualdade sociais que conduzem, inevitavelmente, a uma procura diversificada de conhecimentos capazes de gerir realidades complexas. Uma sociedade que se quer racional e culta, implica a procura de profissionais e de conhecimentos passíveis de lidar com os problemas. Exigem competências operatórias fiáveis, teoricamente justificadas, e não apenas a mera manipulação do social sem efeito prático, a médio e longo prazos.

O campo profissional da sociologia continua a interrogar-se; se, por um lado, a importância crescente do número de diplomados não permite a todos o exercício da profissão de ensino/investigação, por outro, o desenvolvimento anárquico de múltiplas profissões de intervenção social – desde o trabalhador social “clássico” à engenharia social, passando pelos peritos, consultores e outros interventores – arrisca-se a gerar uma confusão na especificidade do papel do sociólogo nos contextos sociais.

As mudanças sociais trazem consigo, também, mudanças nas perspetivas profissionais, nomeadamente no que respeita aos sociólogos: os profissionais e a sociedade em geral interrogam-se sobre a mais valia do conhecimento sociológico na resolução de problemas em concreto. Assim, se no âmbito da pesquisa, os sociólogos estão treinados para transmitir problemáticas, métodos de pesquisa, formas de colocar os problemas, o campo profissional, por seu turno, exige, crescentemente, um conhecimento mais ativo e comprometido (Isabel Guerra, 2002).

4.4 A Cultura Profissional dos Sociólogos

A cultura profissional dos sociólogos tem efeitos decisivos na sua capacidade de implantação no mercado, na definição dos seus papéis e competências profissionais e nos modos de praticar a sociologia. Há um reconhecimento crescente de que outros técnicos e

especialistas não possuem nem a perspectiva analítica, nem os conhecimentos necessários para lidar com a complexidade dos processos sociais.

Todavia, e como já referimos anteriormente, as novas áreas profissionais não estão totalmente delineadas à partida, pelo que os *papéis profissionais* dos sociólogos se vão construindo gradualmente, à medida que os profissionais vão descobrindo e definindo as suas funções, e, assim, enfrentando os desafios da afirmação e construção de novas profissões e identidades.

Neste espírito, conforme afirmou António Firmino Costa (1988:107) afigura-se de extrema importância a *cultura profissional* do grupo, isto é, o “conjunto de valores, normas e representações de que são portadores, sobre a sociologia enquanto disciplina científica e enquanto atividade profissional (...)” dado que são fatores que terão forte influência na forma como os sociólogos irão desempenhar as suas funções, desenvolver as suas competências e o modo como irão implantar-se no mercado.

A cultura profissional tem ainda influência no modo como estes profissionais se veem a si próprios e aos outros, o que se reflete também no ensino e aprendizagem da Sociologia e na sua imagem pública.

Segundo Fernando Luís Machado (1996:45), “só assim se compreende que licenciados da mesma escola, com a mesma formação e da mesma geração sigam percursos profissionais completamente diferentes em instituições do mesmo tipo ou até, por vezes, dentro da mesma instituição, afirmando-se uns, perante os seus interlocutores e perante si próprios, como sociólogos e outros não”.

Destacamos, assim, uma vez mais, a Associação Portuguesa de Sociologia que desempenha aqui um papel decisivo na articulação, inclusão e homogeneização do prestígio da pluralidade dos papéis profissionais dos sociólogos, quer pertençam ao universo universitário quer não, recusando uma “ética profissional *dissociativa*” que opõe “ciência e profissão”, “teóricos” e “práticos”, e privilegia, ao invés, a conjugação entre saber e ação, e a promoção de uma “cultura profissional de associação entre ciência e profissão”, defendem Helena Carreiras, et al (1999).

A Associação Portuguesa de Sociologia rege-se por um Código Deontológico que permite precisamente a prática da sociologia em diferentes domínios da sociedade, com igual rigor e exigência e que honre a legitimidade que adquiriu no decorrer do processo em que se constituiu perante a sociedade como saber científico, prático e autónomo. Pode ler-se:

“Quaisquer que sejam os papéis profissionais dos sociólogos – de investigador, professor, técnico, consultor, quadro dirigente ou outros – o trabalho sociológico é uma atividade de base científica, assente em competências próprias de elevada qualificação, decorrentes de uma preparação específica em sociologia, nos planos teórico, metodológico, técnico e relacional”.

Efetivamente, parecem ser dimensões constitutivas fundamentais da sociologia enquanto profissão, a *dimensão cognitiva* e a *dimensão ética*, bem como, e não menos importante, toda uma série de fatores quer endógenos, quer exógenos ao campo da sociologia, que vão socializando os profissionais “tanto nos padrões cognitivos de conhecimentos teóricos e capacidades técnicas, como nos padrões morais de valores e normas da profissão” (Costa, 1988:110).

Refere, outrossim, o mesmo autor, que esta *cultura profissional* dos sociólogos influencia, em grande medida, o pleno desenvolvimento da sociologia enquanto profissão. Um sociólogo cuja cultura profissional seja uma cultura de menos valia e de incapacidade profissional, terá decerto bastantes dificuldades em desenvolver plenamente o exercício da sua atividade.

Ainda António Firmino da Costa apresenta dois modelos de *cultura profissional*: – o modelo de dissociação entre ciência e profissão e - o modelo de associação entre ciência e profissão.

Podemos, então, afirmar que cada cultura é definida através do modo como os indivíduos concebem a profissionalização, o uso dos saberes adquiridos e a inserção no mercado de trabalho, mas também se define com base nas suas preocupações deontológicas e relações estabelecidas com outros profissionais. O ideal tipo da cultura de dissociação caracteriza-se, assim, por uma visão que separa a teoria da prática científica, uma conceção essencialista dos papéis profissionais ligados ao ensino e à investigação e uma noção de teoria rígida e paradigmática.

Já no que respeita à cultura de associação, entende-se a teoria numa interação constante com as práticas, recorrendo-se à reformulação e a teorias pluriparadigmáticas, concebendo a possibilidade de exercer vários tipos de papéis profissionais. No que concerne às preocupações deontológicas, privilegia-se, na cultura de dissociação, quase exclusivamente a qualidade científica, enquanto na cultura de associação subsiste uma preocupação pelas técnicas usadas e pelos efeitos desencadeados pela intervenção social na sociedade.

Outra distinção marcante entre estes dois modelos, respeita à diferenciação entre problemas sociais e problemas sociológicos. Na cultura de dissociação tende-se a considerar que apenas os problemas sociológicos, equacionados pelos sociólogos, são passíveis de estudo

e análise. António Firmino da Costa (1988:113), salienta neste âmbito, a necessidade da “*reformulação do problema social, em problema sociológico*”, em vez de traçar entre eles um qualquer muro intransponível” e a existência de um grau de autonomia suficiente para que o sociólogo possa levar a cabo este processo de reformulação.

O mesmo autor sublinha, ainda, que o modelo de dissociação tem tendência a tornar-se cada vez menos visível na nossa sociedade, por oposição ao crescente fortalecimento do modelo de associação.

4.5 A Diversidade das Práticas Profissionais dos Sociólogos

Foram desenvolvidos nos últimos anos, com especial enfoque em Portugal, diversos paradigmas sociológicos e, bem assim, diferentes modos de conceber a prática profissional, impelindo os sociólogos de campo a construir os seus objetos de análise de forma ajustada, produzindo saberes diversos e fazendo apelo a métodos onde se sentem mais à vontade, incluindo novos conhecimentos mais transversais, frequentemente de ordem técnico-profissionalizante.

Os campos profissionais oferecidos (de que o planeamento, a intervenção e a avaliação são alguns exemplos) estão ainda em crescendo e os profissionais da sociologia são chamados a trabalhar nas meso-estruturas, no processos de mudança, nas relações entre estrutura e ação, a especializarem-se nas dimensões socioculturais, relações e jogos de poder, na formatação de consensos, nas análises prospetivas, no apoio a processos locais de desenvolvimento, etc. (Guerra, 2002)

Apesar da reflexão sobre os novos campos profissionais ser um pouco incipiente, apela a uma “solidariedade de classe”, indispensável à abertura do mercado de trabalho.

Neste espírito, um dos principais objetivos do Código Deontológico (aprovado em assembleia geral da Associação Portuguesa de Sociologia a 13 de Abril de 1992) visou constituir uma referência que ajude a ultrapassar potenciais situações de dúvida ou conflito ético no exercício da atividade profissional dos sociólogos, nomeadamente os decorrentes da pluralidade constitutiva da sociologia e da sociedade.

Inexoravelmente, a realidade anda mais depressa do que os campos do conhecimento e, sobretudo, do que os utensílios de suporte a esse conhecimento.

Assim, o sociólogo deve demonstrar a especificidade e a utilidade do seu papel, diferenciando-se por via de novas técnicas, ou pelo ajustamento e adaptação de outras que não foram, tradicionalmente, experimentadas neste campo disciplinar; o planeamento, a prospetiva, a análise de decisões são alguns exemplos. Deve também sugerir e formular métodos e técnicas que lhe deem competências e visibilidade permitindo-lhe marcar a diferença num mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

No que me diz respeito, esta situação não é alheia à motivação de frequência do Mestrado em Sociologia, especialidade em Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, ministrado na Universidade de Évora. Esta Instituição já me havia, aliás, acolhido, aquando da minha tomada de decisão de enveredar pelos caminhos da Sociologia.

4.6 Os Sociólogos na Intervenção Social

Na sequência do que temos vindo a referir, a existência de uma cultura de dissociação entre os conhecimentos científicos adquiridos e o processo de profissionalização, tende a dificultar a inserção dos profissionais em sociologia no mercado de trabalho. Acresce ainda o facto de ser a sociologia uma disciplina relativamente recente em Portugal, pelo que só, gradualmente, vai sendo conhecida, tanto por empregadores como pela sociedade em geral.

A este respeito, António Firmino da Costa (1988:110) refere que “tem sido preponderante na cultura profissional dos sociólogos no nosso País, a noção de que quem faz sociologia não exerce uma profissão, e que quem exerce uma profissão não faz sociologia”.

Ainda assim, os sociólogos têm vindo a criar espaços dentro das organizações desempenhando vários papéis profissionais.

Segundo Maria de Fátima Toscano, é possível constatar que, na área da Intervenção Social, os sociólogos têm desempenhando vários papéis, tais como, “investigadores; agentes de desenvolvimento local e técnicos de intervenção; peritos na análise de indicadores sociais; formadores de competências de índole profissional com preocupações ao nível das questões corporativa e deontológicas, decorrentes da dupla produção «pesquisa-ação»”. Ao contrário de outras áreas onde existe uma relação mais estreita entre formação e profissão, a Sociologia permite vários e diferentes percursos profissionais, que se podem distanciar da formação inicial.

A importância dos sociólogos nesta área da intervenção social, releva a sua capacidade de problematizar a realidade social e construir objetos suscetíveis de serem estudados e sujeitos a intervenção, isto é, de proceder à reformulação do problema social em problema sociológico. Além de identificarem os problemas sociais e elaborarem diagnósticos, têm ainda como funções a seleção de técnicas e ações a implementar, assim como proceder à avaliação dos resultados e impactos dessas medidas.

Manuel João Ribeiro, identifica como competências dos sociólogos: a capacidade de atuação relacional e interativa; a capacidade de recolher informações e interpretá-las; e a capacidade de ponderar os efeitos de uma dada ação no tecido social.

Luís Capucha (1999), distingue 4 tipos de competências. A saber: *Científicas* – relacionadas com o uso de métodos e técnicas e os conhecimentos teóricos adquiridos; *Pedagógicas* - que consistem no estimular de uma atitude crítica perante a realidade social; *Relacional* - capacidade de trabalhar em grupo; e *Organizacional* - relacionada com a perícia de negociação e capacidade de atender às necessidades da organização empregadora.

António Firmino da Costa (2003) evidencia que as competências sociológicas se podem dividir também em 4 tipos, sublinhando, igualmente, competências do tipo *Relacional*, e correspondendo de certa forma as competências *Metodológicas* às já referidas competências *Científicas*. No que respeita às competências *Teóricas*, elas remetem para a capacidade de interpretar e aplicar teorias sociológicas; as *Operatórias* – correspondem à capacidade de organizar e planear ações.

Porém, as competências mencionadas, dificilmente são reconhecidas pelos empregadores, verificando-se o mesmo sentimento, o mesmo estado de alma, por parte dos sociólogos, que aquando do início da sua inserção no mercado de trabalho, sentem dificuldades em aplicar os conhecimentos teóricos da sua formação, em contexto de trabalho.

A tendência atual parece, no entanto, remeter para uma abertura do mercado de trabalho, não só em função da evolução da prática sociológica, como também do avanço das políticas sociais, de desenvolvimento e de formação; das transformações nas culturas de gestão das instituições; atende, também ao impacto de políticas europeias que favorecem pesquisas científicas e considera o desempenho profissional dos sociólogos. Todos estes fatores podem, em maior ou menor grau, representar uma abertura do mercado de trabalho à sociologia, defende Luís Capucha (1999).

4.7 As Práticas e os Campos Profissionais no Contexto da Sociologia de Ação

Todos os profissionais da Sociologia com exceção daqueles que se dedicam ao ensino, se socorrem da pesquisa ação: do ponto de vista da intervenção, o sociólogo deve ser capaz de realizar inquéritos mas também abordagens no terreno, por forma a intervir junto dos atores e sua cultura, a acionar dispositivos de análise que, por sua vez, lhe facultem a compreensão e dinamismo necessários sobre os sistemas de ação; no que respeita à avaliação, é-lhe pedido que explore os diferentes efeitos sociais e culturais de uma determinada política ou de uma ação de reforma. Deve praticar a difícil arte de restituição de inquirições como fonte de apreciação de factos observados (...) “ainda” é pedido aos sociólogos, pelo organismos de planeamento, que construam uma leitura social das transformações económicas” (Sainsaulieu, 1995).

O papel do sociólogo, defende Isabel Guerra (2007), pode ser o de restituir, em permanência à sociedade, a diversidade de lógica dos atores, nos seus interesses e conflitos, e esta tarefa é, frequentemente pouco estimada pelos decisores, podendo provocar o desencadeamento de conflitos, e mesmo pôr em causa redes de poder, que se pretendam ocultar, implicando muitas das vezes um custo elevado, em que o sociólogo “é visto” com ceticismo, e suscitar algum desconforto.

A este respeito, Carlos Dias da Silva (2008) reflete sobre o contributo dos sociólogos na mudança social, defendendo que para uma maior visibilidade da sua atividade profissional, se deve traduzir no seu reconhecimento no mercado de trabalho.

4.8 Do Conhecimento à Prática: Constrangimentos e Desafios

O presente relato visa dar o meu testemunho e contributo para uma reflexão sobre os papéis e práticas profissionais dos sociólogos, no contexto profissional em que exerço a atividade de socióloga, nomeadamente, no campo da intervenção social. Trata-se de uma autarquia local, em meio rural, a Câmara Municipal de Sousel; abordarei o respetivo posicionamento e estatuto, a relação entre o saber e a prática, os obstáculos, constrangimentos, desafios, ameaças.

O caso em análise tenta apresentar o exercício da profissão de sociólogo num mercado de trabalho, constituído por organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos e,

assumindo-se a profissão de forma explícita, ou seja, sem recurso a outras designações, tais como consultor ou formador.

Deve-se esta ressalva, ao facto de, não raro, subsistir alguma confusão entre o papel do Sociólogo e o de outros profissionais, cujas áreas curriculares se aproximam.

Dir-se-á mesmo que o surgimento de cursos de ciências sociais – variante de ciência política e administrativa ou variante de psicologia – se constitui num constrangimento para o Sociólogo, porquanto os cursos concorrem em simultâneo, e se confundem, limitando ou impedindo o conhecimento/reconhecimento específico do seu papel/função.

A denominação com que se assume o exercício da profissão, defende Carlos Silva (2008), não está dissociada da problemática de fundo, subsistindo situações menos bem sucedidas, normalmente impelidas por conflitos de interesses ou de ordem deontológica (bem mais frequentes do que se possa pensar), em que, não raras vezes, a constatação da qualidade de sociólogo surgia como álibi explicativo de insucesso.

Sempre me assumi, desde os primeiros tempos, que remetem para o ano 2000, como a Socióloga da Câmara. Ao tempo, o quadro da autarquia introduzia alterações à estrutura e organização dos serviços da câmara municipal, criando no quadro, a categoria técnica superior de sociologia, denominação que se manteve até 2008, altura em que foi alterado o regime de carreiras; foram, então extintas, passando a existir grupos profissionais, entre os quais, técnicos superiores.

A reflexão sobre estes aspetos conduziram a uma mudança de atitude na forma de processar a apresentação, surgindo então a designação de sociólogo como um profissional da mudança social, que exerce a sua atividade enquanto tal.

Imbuída de um espírito assumidamente corporativo, entendo que as questões relacionadas com o contexto, posicionamento e estatuto do sociólogo, no exercício da sua atividade e com implicações no seu protagonismo em processos de mudança, se prendem com a problemática do poder; esse poder assenta numa relação entre diferentes domínios com recursos próprios, pondo em causa as possibilidades de um técnico superior de sociologia, enquanto um dos polos presentes, em utilizar os respetivos recursos, nas relações que se estabelecem no desempenho da sua atividade profissional. Esta questão remete para a gestão das relações

entre o sociólogo e os centros de poder nas organizações, bem como para a utilização que o sociólogo faz dos respetivos recursos, ou seja, do seu poder.

De referir a delimitação de espaços em que se exercem as competências, com atenção à sua especificidade, destrinçam o papel do sociólogo e o de outros profissionais que atuam nas organizações, leia-se áreas afins.

Isto é, importa saber em que medida os conceitos que servem de suporte e de referência à atuação dos sociólogos, são tributários da Sociologia e conduzem a uma perceção clara do seu contributo para a eficácia da mudança organizacional.

A pertinência desta questão sublinha-se, na medida em que não será indiferente considerar o sociólogo como interveniente nos processos de mudança, ou alguém cujo contributo é imprescindível para a mudança, alguém cuja especificidade das competências, está relacionada com a capacidade de envolvimento multi e interdisciplinar que se processa no terreno da intervenção, no seio da organização.

No que concerne à especificidade de competências do sociólogo, não será despiciente refletir se a sua intervenção em contexto organizacional, configura um perfil de especialista ou de mero generalista.

Sustentada na minha experiência profissional, inserida num contexto organizacional, que prossegue atribuições e competências no âmbito das atuações da administração pública local, poder-se-á afirmar que o papel do sociólogo assume, aqui, uma dupla qualidade, que de resto lhe é frequentemente atribuída, como seja, generalista e especialista. Este entendimento de natureza mais abrangente da composição curricular da sua formação académica, poderá, eventualmente, revestir-se de realismo/pragmatismo; todavia, possui efeitos perversos, podendo originar equívocos que se constituam em constrangimentos ou bloqueios na ação.

Segundo Boaventura Sousa Santos (1987:46), todo o “conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto que incide”; no caso da atividade profissional dos sociólogos em organizações, tudo indica que tal asserção seja apenas uma verdade parcial, na medida em que se questiona a validade de uma atuação limitada a uma ou várias partes, sem equacionar as múltiplas inter-relações que configuram o todo.

A este propósito sustenta Carlos Dias da Silva (2008), que talvez seja de adotar o postulado daquele autor de que “todo o conhecimento é local e total”, afirmação que se insere num

contexto em que contesta a “ parcelarização do conhecimento e do reducionismo arbitrário que transporta consigo”.

As questões referidas anteriormente, remetem-nos para outra problemática que respeita à legitimidade e à competência. A primeira, por pretender o conhecimento das múltiplas vertentes, ligadas ao funcionamento das organizações, que relevará uma postura de generalista, a qual só será válida, enquanto condição para melhor compreender o particular, que está na origem do pedido que lhe é formulado pela entidade contratante e que constitui o motivo para a sua intervenção, não devendo dar origem a pretensas sínteses globais que, a terem lugar, pertencerão ao foro de quem gere, ou é responsável pelas opções estratégicas e pela definição de objetivos. Ou seja, o sociólogo poderá contribuir para reunir os elementos de suporte necessários à mudança, mas não pode, nem deve, ser o decisor da mudança.

Por outro lado, verificamos que cada vez mais o mercado privilegia as competências e, só em função destas, é que assegura a legitimidade; uma vez mais, o sociólogo que pretenda intervir nas organizações, vê-se na iminência de ter que fazer prova da sua legitimidade enquanto profissional, da importância do seu contributo perante os responsáveis da organização; só, então, vê reconhecidas as respetivas competências; de referir que esta situação não lhe é exclusiva, pois muitos outros profissionais se confrontam com idênticas situações.

A estas mudanças nos contextos organizacionais, a um clima de incerteza, de permanentes desafios, redefinição de objetivos e dificuldades no seu cumprimento, correspondem responsabilidades acrescidas para os especialistas, cujos serviços são solicitados.

Cada vez mais, os decisores se veem confrontados com esta realidade e o mercado exige respostas firmes, seguras, bem fundamentadas.

Ao mercado, não basta que um diagnóstico seja fundamentado, que uma proposta de solução esteja bem formulada e seja exequível. Exige-se, antes, uma fundamentação de tipo coerente, que remete para enquadramentos e referências teóricas, aliadas a processos de experimentação e estudos de casos, situação perante a qual nem sempre é suficiente a experiência profissional. Neste caso, o papel da investigação e estudos de âmbito académico, é primordial, podendo ter duplo efeito, legitimando o papel do sociólogo perante os responsáveis da organização e, sobretudo, reforçando as suas competências.

Conforme referi anteriormente, o meu percurso profissional, enquanto licenciada em sociologia, não foi idêntico ao da grande maioria dos diplomados nesta área, uma vez que, quando o iniciei, já estava inserida na autarquia de Sousel, na carreira administrativa, o que, em certa medida, facilitou o processo. Com efeito, a minha licenciatura em sociologia, desenvolveu-se no âmbito do estatuto de trabalhadora estudante, o que me exigiu um esforço acrescido, quer na minha vida pessoal, implicou fazer muitas escolhas, quer profissionalmente, cuja aquisição de conhecimentos e eventual enriquecimento curricular e/ou melhoria em termos de acesso a uma carreira de técnico superior, nem sempre é bem aceite entre os pares.

Revelou-se ser um processo complexo, que exigiu uma grande concentração de esforços na procura de uma estratégia que permitisse credibilizar os saberes e conhecimentos, entretanto adquiridos, e que provocavam algumas dúvidas junto de quem tinha o poder para decidir da oportunidade que se adivinhava crucial, na consolidação de um novo percurso profissional.

Tratando-se de uma instituição dotada de um grande poder interventivo e com um forte papel na área social, seria este o campo privilegiado de ação, até porque, o quadro superior da autarquia de Sousel, reportado ao ano 2000 (altura em que iniciei estágio, enquanto técnica superior de sociologia estagiária), integrava, apenas, um Técnico Superior de Sociologia, que se ocupava do trabalho técnico no terreno, ao nível da intervenção social, concretamente educação e ação social. Contudo, este trabalho revelava-se insuficiente para responder às necessidades, numa época em que as políticas sociais tendiam a ganhar terreno, ao nível das políticas locais.

As representações sociais acerca da sociologia, tais como *“disciplina vocacionada para a investigação académica”* ou *“não sabemos muito bem o que faz o sociólogo na prática”* predominavam e, apesar de alguma dificuldade na definição das competências, a área social foi sendo consolidada e, definitivamente, revelou-se ao alcance da minha aposta futura.

À semelhança da área social, também as áreas da educação, do desenvolvimento local, do planeamento, do turismo, da cultura, do desporto, da habitação social e da saúde, foram respondendo ao que se pretendia um perfil profissional “mais adequado”. Ou seja, estava em presença dos primeiros desafios à possibilidade de aplicação, na prática, das competências pessoais e profissionais adquiridas, que poderiam pôr em causa a afirmação como profissional da sociologia.

O mapa de pessoal espelhava, então, uma proposta com base no conhecimento da estrutura, do funcionamento e da própria cultura organizacional, na procura de um território

de ação que se apresentava aberto à flexibilidade funcional que caracteriza a formação em sociologia.

A familiaridade com os diferentes espaços da organização e a revisitação ao corpo teórico que serviu de base ao conhecimento, revelou-se uma mais valia para encontrar espaço numa realidade institucional que, agora com contornos bem definidos, como sejam as atribuições e competências próprias do poder local, se revelaram determinantes na construção de uma identidade profissional.

Efetivamente, o quadro das interações entre atores e serviços e nos processos relacionais que se foram estabelecendo nesta área de intervenção, evidenciou a importância da atividade do sociólogo no poder local, não só como agente de mudança, mas, também, como influenciador nos processos de tomada de decisão.

Por outro lado, foi possível verificar o reconhecimento institucional duma identidade profissional plurifacetada, capaz de responder e enquadrar-se nos objetivos da instituição, a tal ponto que, perante a emergência de novos domínios de intervenção, torna-se a área disciplinar preferencial para a definição de estratégias, de métodos de trabalho e de planeamento. É a partir daqui que surge a oportunidade de atuar noutros campos de ação, nomeadamente em áreas onde, tradicionalmente, o poder local não tinha um papel relevante; é o caso da promoção da saúde, que a autarquia de Sousel apresentou como aposta política, propondo-se estabelecer parceria com a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, com vista à requalificação técnica das extensões de saúde, em 2009, ou em 2010, com a construção de um centro escolar, ou mais recentemente o projeto Fileira da Carne.

Cabe-me referir o enorme desafio que estas novas realidades representaram, sobretudo no que respeita ao quadro de referência teórico da licenciatura que não abarcava estas áreas.

Todavia, tratando-se de políticas de intervenção social, tornou-se imperativo visitar os modelos teóricos propostos por algumas correntes da sociologia e, bem assim, aperfeiçoar e estender o conhecimento às áreas da saúde, educação, desenvolvimento local, turismo, sobre as quais apresento algumas considerações teóricas, em jeito de enquadramento, evidenciando o papel da sociologia neste processo de construção social, e a importância e responsabilidade do poder local nestes domínios.

4.9 O Desenvolvimento Local: Algumas Considerações Teóricas

Segundo Domingos Afonso Braga (1994), a problemática do desenvolvimento local e regional tem suscitado variadíssimas interpretações, em que, não raras vezes, se alude aos conceitos crescimento económico e desenvolvimento como se do mesmo significado se tratasse. Porém, trata-se de conceitos diferentes, embora se deva considerar que o primeiro depende hierarquicamente do segundo.

O mesmo autor, faz também referência à forma ambígua como se fala de desenvolvimento e desenvolvimento regional/local. Sendo certo que, como várias vezes se tem afirmado (Lopes, 1984, 1992), não há desenvolvimento se não houver desenvolvimento regional e todo o desenvolvimento regional ou local é necessariamente desenvolvimento.

A este propósito, defende Jorge Gaspar (1989), que a valorização do local além da promoção do desenvolvimento, no sentido integral que deve comportar, deverá ainda implicar a educação para o viver em comunidade, para a apropriação coletiva do território, que a partir do local permitirá o natural sentir do nacional e, a partir destas duas realidades maiores, progressivamente de outras comunidades de interesse, tanto intermédias (as regiões eventualmente) como superiores (a Europa, por exemplo, embora esta não esgote as possíveis e convenientes apropriações territoriais supranacionais).

Neste contexto, e atendendo às especificidades da dimensão local, que importa aqui refletir, Rogério Roque Amaro (2002) define o conceito de desenvolvimento local como um processo de mudança, de base comunitária; que tem normalmente como ponto de partida necessidades para satisfazer, às quais se procura responder, mobilizando prioritariamente as capacidades locais; implicando uma dinâmica e uma pedagogia de participação, reconhecendo a importância dos fatores exógenos, desde que fertilizem e não substituam e inibam os recursos endógenos numa perspetiva integrada; exigindo uma lógica de parceria, com impacto tendencial em toda a comunidade, segundo uma grande diversidade de pontos de partida, protagonistas de caminhos de solução, ritmos e resultados.

Já para Xavier Greffe (1984:146), o desenvolvimento local é visto “como um processo de diversificação e enriquecimento das atividades económicas e sociais num determinado território a partir da mobilização e da coordenação dos seus membros e das suas energias. Será assim um produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projeto

de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais, fazendo dum espaço de contiguidade um espaço de solidariedade ativa.”

Ainda no mesmo âmbito, referiu Domingos Afonso Braga (1994) que, perante os desafios que se colocam às diferentes comunidades, não existem modelos a seguir que se apresentem como soluções milagrosas ou receitas únicas para as diferentes situações, defendendo uma visão territorial e voluntarista do desenvolvimento local, que envolve todos os domínios da vida social, sendo os indivíduos os seus principais agentes e beneficiários.

Este autor, defende a complementaridade das correntes funcionalista e territorialista; estas não devem dissociar-se uma da outra, antes complementarem-se nos processos de desenvolvimento local.

Na conceção do paradigma funcionalista, que é caracterizado por uma espacialização tipo funcionalista, ou seja, qualquer processo de desenvolvimento é inicialmente desencadeado em determinados setores da atividade económica (os mais dinâmicos e os tecnologicamente mais avançados); a partir de áreas geográficas específicas (os chamados polos de desenvolvimento ou de crescimento) difunde-se com o decorrer do tempo, pelos outros setores e a todo o território nacional.

Esta corrente depende da atuação da Administração Central, assente no rápido crescimento económico, e no sucesso da redistribuição espacial dos «impulsos» de desenvolvimento das áreas «centrais» para as áreas «periféricas».

Assim, continua Domingos Afonso Braga (1994), basicamente compete ao Estado o papel de escolher os locais e os setores prioritários de investimento e promover o seu desenvolvimento, através de instrumentos vários e estender esse desenvolvimento a áreas cada vez mais periféricas.

O desenvolvimento regional/local estaria, pois, hierarquicamente dependente das grandes metas macroeconómicas e do crescimento económico global, em que prevalece a ideia de que o desenvolvimento é visto como um processo que acompanha o crescimento económico e, bem assim, uma confiança quase sem reservas na continuação desse crescimento.

Todavia, este modelo apresenta algumas limitações no que diz respeito às estratégias de desenvolvimento, por restringir a problemática do desenvolvimento regional à questão do crescimento económico regional, não valorizando a participação das populações. Antes

admite quase exclusiva e implicitamente uma participação restrita a um conjunto de atores selecionados, remetendo uma grande parte da população para um estatuto de mera «expectativa» e «passividade» face aos «impulsos» com origem no exterior.

Esta corrente mostra-se muito pouco sensível a considerações sobre as potencialidades de intervenção municipal na promoção do desenvolvimento.

Consubstanciado num vasto conjunto de iniciativas inovadoras de desenvolvimento, assentes nas capacidades endógenas e desencadeadas a partir da base, e contrariando as lógicas centralizadoras e uniformizadoras predominantes, surge então o designado paradigma «territorialista» de desenvolvimento, que se caracteriza pelo pressuposto da base, de que, para promover o desenvolvimento e a satisfação das necessidades básicas das populações, é indispensável a mobilização do «potencial endógeno» das diferentes regiões.

Esta corrente observa os processos de desenvolvimento como únicos, atendendo às especificidades de cada caso e a sua determinação "a partir de «dentro» de cada sociedade territorialmente organizada a diferentes níveis, e sempre em relação estreita com as condições sociais, políticas e culturais específicas de uma situação histórica concreta" (Henriques, 1990:12).

A capacidade de organização da população ao nível da participação, aliada à integração dos recursos territoriais disponíveis, implica a mobilização das estruturas sociais e políticas, organizadas numa base territorial e «de baixo para cima» para que possam ocorrer endogenamente impulsos para o desenvolvimento.

Relativamente a este último aspeto, as diferenças entre o paradigma «funcionalista» e o «territorialista» são deveras notórias: no primeiro caso, cabe à Administração Central desencadear as ações e decidir os instrumentos necessários, tendo em vista a redistribuição espacial dos «impulsos» de desenvolvimento, das áreas «centrais» para as áreas «periféricas», em matéria de política de desenvolvimento regional; para o modelo «territorialista», é indispensável que os impulsos de desenvolvimento surjam «de baixo para cima» e que passem, sucessivamente, do nível local para o nível regional, até ao nível nacional ou mesmo supranacional.

Só mediante os pressupostos deste último, os municípios poderão desempenhar um papel decisivo na animação da participação das «comunidades locais».

Apesar deste «outro» desenvolvimento não se poder limitar simplesmente à intervenção das populações locais nem dos municípios, nada impede que estes últimos sejam considerados os grandes protagonistas ou atores privilegiados, na promoção do desenvolvimento local «endógeno». Todavia, é preciso ter sempre presente que a corrente «territorialista», ao admitir uma relativa autonomia das «comunidades locais», não pretende, por essa via, reduzir o desenvolvimento a uma só dimensão.

Esta corrente permite também uma melhor sinergia de todas as possibilidades existentes ao nível local, em especial as que detêm uma relação de proximidade com os agentes económicos e sociais, no sentido de a transformar numa rede de solidariedade ativa, capaz de gerar dinâmicas de desenvolvimento.

Segundo Jorge Gaspar (1989:16) "a prosperidade social e a realização individual das populações são, na maior parte dos casos, conseguidas a partir das sinergias realizadas em territórios relativamente restritos, onde se concentram as atividades e as gentes."

Nesta perspetiva, o princípio de seleção, associado ao paradigma «funcionalista», opõe-se aqui ao princípio da integração.

A este respeito observa Maria João Rodrigues (1991:108) sobre a intervenção do Estado no desenvolvimento regional, que é fundamental "preservar a articulação entre os níveis regional e nacional, nomeadamente em relação a dois aspetos: por um lado, avaliar o interesse de medidas vocacionadas para o desenvolvimento regional, em termos da sua contribuição para o desenvolvimento nacional; e, por outro, saber tirar partido de medidas de âmbito nacional, na medida em que elas favoreçam o desenvolvimento regional."

Ainda no que se respeita às características de um e outro paradigma, designadamente aos traços fundamentais do paradigma «territorialista» poder-se-á acrescentar que, ao contrário da conceção «funcionalista» do desenvolvimento, que sacrifica o «território» à «função», este paradigma do desenvolvimento procura equilibrar um com o outro. Procura chegar a um nível que permita, ao mesmo tempo, enriquecer as dinâmicas dos projetos locais, pela tomada em consideração das coerências nacionais e mostrar a estas últimas, todo o interesse que elas poderão ter na mobilização dos atores locais (Grefe, 1984). Neste sentido, a territorialidade e a funcionalidade estão ambas presentes em todo o processo de desenvolvimento.

A mesma opinião é corroborada por V. Barquero (1988:15) quando afirma que "não só é possível combinar ambos os modelos, senão que é necessário fazê-lo se se quer utilizar melhor e mais eficientemente os recursos produtivos, gerar mais emprego e alcançar maiores níveis de rendimento."

No que concerne às dinâmicas macro setoriais e locais também estas refletem a sua interdependência, face ao desenvolvimento local.

Também Friedmann (1979:15) defende a ideia da complementaridade entre os princípios da integração funcional e territorial, quando refere que, "toda a economia nacional obedece ao mesmo tempo aos princípios funcionais e territoriais, mas as ações que cristalizam tais princípios dão muitas vezes lugar a violentas confrontações... Não há aqui respostas ideologicamente puras... O território e a função são ambos necessários ao desenvolvimento. O verdadeiro problema é o de saber qual o princípio que deve dominar face ao outro: a lógica da função deve prevalecer sobre a lógica dos territórios, ou será o inverso?"

Já Simão Lopes (1989:11) apresentou algumas razões que fundamentam a opção pela lógica da integração territorial. Vejamos:

"- os problemas do desenvolvimento são diferenciados e sempre de resolução extremamente difícil;

- ninguém melhor conhece os problemas (muito diferenciados) do que os que os sofrem;

- ninguém melhor conhecerá as soluções mais adequadas para esses problemas (que não serão indiferenciadas) do que os que com eles convivem;

- problemas complexos exigem motivações e empenhamentos para serem resolvidos; e a motivação pode encontrar-se e pode estimular-se particularmente junto das populações que sentem os problemas;

- problemas complexos exigem a mobilização dos mais vastos recursos e não dispensarão o uso de todo o potencial endógeno, que pode até não ser suficiente mas que, na perspectiva que acaba de ser apontada, há-de ser sempre base determinante do sucesso."

Em suma, o que ressalta em toda esta corrente «territorialista» do desenvolvimento, é a capacidade de organização da população na participação. Assim, aliada à integração dos

recursos territoriais disponíveis, surge a necessidade de mobilização das estruturas sociais e políticas organizadas numa base territorial e «de baixo para cima» para que possam ocorrer endogenamente impulsos para o desenvolvimento.

Este modelo pressupõe igualmente políticas de Ordenamento do Território, assentes em processos de verdadeira descentralização e com uma relação estreita com os interesses das populações. Todas as coletividades devem estar associadas à aplicação destas políticas, assumindo responsabilidades diretas no âmbito das esferas que lhes digam respeito. Desta forma, é reconhecida a ideia de que o tratamento dos problemas, a partir unicamente do centro, arrisca-se não só a privilegiar os espaços em função da sua grandeza, mas também a dar prioridade às lógicas macrossociais sobre as lógicas mais locais. Isto levaria, explicitamente a opor de forma artificial, o local ao nacional e ao desvio na busca de soluções que poderiam ocorrer a este primeiro nível.

Neste contexto, Xavier Greffe (1984) definiu os princípios orientadores da integração territorial:

Em primeiro lugar, nenhuma relação hierárquica será fixada a priori entre os diferentes espaços. A integração territorial fundamenta-se numa planificação regional que tome em consideração o conjunto de potencialidades de cada região, assim como o conjunto de atores suscetíveis de intervir no desenvolvimento;

Em segundo lugar, a perceção das regiões ou dos espaços económicos pertinentes, não pode ser exclusivamente feita em termos de distância, tendo em conta que limita a perceção das novas dinâmicas espaciais e dos processos de desenvolvimento local, ao excluir da análise as ligações que podem existir entre um produtor e a sua envolvente socioeconómica.

Segundo Pecquer (1989), esta noção de território aparece associada a uma dinâmica, que remete para a importância das relações não exclusivamente económicas entre os homens para valorizar as riquezas de que dispõem, ou seja, um conjunto de sinergias capazes de conduzir à formação de "lugares onde se desenvolve uma tomada de consciência coletiva de uma unidade e de uma coerência."

Este autor elege o termo «território» ao invés «local», por entender que o primeiro capta melhor estes fenómenos de unidade cultural e de adaptação coletiva.

Por outro lado, Domingos Afonso Braga (1994) referiu um outro princípio da integração territorial, remetendo para a necessidade da defesa de orientações multissetoriais, assim, para o incentivo à inovação, vista não somente em termos tecnológicos mas alargando-se a vários outros domínios.

Deste modo, continua o mesmo autor, a inovação e o dinamismo nos processos de desenvolvimento territorialidade assumem um carácter integrado, quando aliam às inovações individuais, de produtos e tecnológicas, as sociais ou organizacionais. Mesmo sabendo que as redes humanas de relações entre os diferentes atores existem sempre, porque são a expressão da vida em sociedade, é preciso não esquecer que elas nem sempre favorecem o dinamismo e a mudança. É neste sentido que as redes de relações informais e institucionais entre os diferentes protagonistas de um mesmo processo de desenvolvimento aparecem igualmente no centro de toda a problemática ligada à inovação. São estas redes de relações que permitem gerar solidariedades espaciais capazes de criar diferentes sistemas de regulação e de adaptação às pressões exteriores.

Um outro princípio da integração territorialista diz respeito à necessária conservação e valorização dos recursos endógenos (naturais e humanos). Isto não significa a ausência de utilização externa de tais recursos; porém, essa utilização deverá resultar de uma apreciação que tenha por base, especialmente, as necessidades locais.

Finalmente, defende-se ainda o princípio da integração territorialista; aponta para a necessidade de reconhecimento de uma certa autonomia das coletividades locais nos processos de desenvolvimento.

4.9.1 A experiência de Sousel na promoção do desenvolvimento local

Nos anteriores capítulos deste trabalho, designadamente, no capítulo II, é dedicado exclusivamente ao Município de Sousel, identificando as principais características socioeconómicas do concelho, e bem assim, descrevendo naquele a organização em que me insiro profissionalmente; e, no capítulo III, integrando a problemática do desenvolvimento sustentável e contextualizando a Agenda 21 Local de Sousel.

Importa aqui refletir, ainda que de forma pouco circunstanciada, o papel do município no planeamento e desenvolvimento local.

A ausência de condições de fixação da população aliada ao intenso envelhecimento da sua estrutura, levou a Câmara municipal a chamar a si a importante tarefa de promover o desenvolvimento local.

Numa atitude de grande abertura à mudança e à inovação, a começar pela interpretação feita por via da legislação que estabelece as atribuições e competências do poder local face à promoção do desenvolvimento, a autarquia local procura assumir-se como agente ou «animador» privilegiado do desenvolvimento. Com este objetivo, o município visa contar especialmente com a mobilização de certos recursos endógenos considerados estratégicos para o desenvolvimento do concelho bem como integrar positivamente determinadas valências específicas locais.

Neste sentido, alguns autores (Muzzicafredo et al., 1991), defendem um novo «estilo» de intervenção do poder local, face ao desenvolvimento, ao procurarem ir para além daquilo a que alguns chamam de «grau zero de intervenção» ou por dirigirem a sua atuação, quer à «reprodução» quer à «produção» (Portas, 1988), isto é, ultrapassando o estágio do quantitativo (através da realização de equipamentos e obras de infraestruturas, sobretudo nas redes viária e de saneamento) para atingir objetivos mais qualitativos, como sejam, sociais e culturais.

Numa tentativa de travar os graves problemas de desemprego, da migração, do envelhecimento e da ausência de condições necessárias à fixação da população local, a Câmara pretende implementar estratégias de intervenção, apostando numa política de desenvolvimento focalizada no turismo, no meio ambiente, na elevação do nível cultural da população, da sua qualidade de vida, da saúde e da educação, do emprego, enquanto principais vetores do desenvolvimento económico.

Assim, a aposta na valorização de setores com forte incorporação de valor e aproveitamento de recursos endógenos é fundamental em tempos de grande competição, uma vez que cada País tem que fazer dos seus recursos endógenos a alavanca natural para a recuperação económica.

O Município de Sousel considera, como prioritários, os recursos agrupados em duas áreas base: agro-indústria e turismo.

Eis porque, o Município dispõe de um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE), que integra a estrutura da Câmara Municipal e tem como objetivos basilares, a promoção do desenvolvimento económico e social do Concelho, de forma integrada e racional, no sentido da melhoria das condições de vida da populações, promovendo atividades de desenvolvimento local; é ainda veículo de divulgação das potencialidades concelhias e apoio direto aos seus agentes económicos.

Nesta perspetiva, pretende-se reativar a função do GADE do Município, integrando-o numa colaboração estreita com outros parceiros e numa lógica mais abrangente. Visa-se, assim, uma articulação de excelência entre o GADE e os seus parceiros e a criação do GADEAA-Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Alto Alentejo, em parceria estreita com a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) / Instituto Politécnico Portalegre (IPP)/Gabinete de Inserção Profissional(GIP) / Instituto Emprego e Formação Profissional(IEFP).

A lógica de funcionamento em rede dos GADE, tem em vista constituir-se numa mais valia e impedir a duplicação de esforços na prossecução de objetivos comuns; potenciar resultados e experiências, possibilitar um contacto mais próximo entre os GADE e, conseqüentemente, a sua concertação em vários concelhos; bem como a promoção conjunta da área abrangida pela Rede.

Para além das preocupações de articulação entre o endógeno e o exógeno, e dos objetivos de desenvolvimento nacionais, regionais e locais a que já aludimos, os projetos previstos devem convergir entre si, reforçando a necessidade de envolvimento de todas as forças vivas neste processo, numa ação global e integrada face ao desenvolvimento do concelho.

De realçar esta iniciativa que visa prosseguir um «estilo» de intervenção municipal, pretende alcançar a melhoria das condições materiais e culturais de vida da população, através de um importante instrumento sistematizador das possibilidades de intervenção do poder local, face aos problemas e às potencialidades locais.

Com este intuito, propõe-se realizar um estudo estratégico sobre a complexidade de implantação de uma Fileira da Carne no Alto Alentejo. Na nossa identidade está implícita a Fileira da Carne, relevando o valor histórico acrescentado, existente no Concelho de Sousel, que desde o início do Séc. XIX tem registos desta atividade e da existência de dois anteriores matadouros municipais.

O Concelho de Sousel é reconhecido pela qualidade dos seus produtos locais, que designamos de tradicionais, e são aqueles que durante gerações marcaram presença à mesa da população local, sendo, então, na maioria das vezes, produzidos em contexto doméstico.

Pretende-se, com esta operação, uma aposta na valorização de setores com forte incorporação de valores, tendo como base principal o aproveitamento de recursos endógenos, mediante o lançamento piloto de um cluster que é também um pacto de confiança relativamente ao futuro do concelho.

Neste âmbito, pretende-se iniciar os procedimentos necessários à aquisição de um estudo constituído por:

1. Animação e realização de 1 ou 2 workshops temáticos, envolvendo empresários, associações setoriais e empresariais, agências para o desenvolvimento, autarcas, académicos e personagens com elevada craveira intelectual, para debater uma visão prospetiva e refletir sobre a implantação de uma Fileira da Carne no Alto Alentejo e dos modelos organizativos a utilizar.

2. Elaboração de um Estudo Estratégico para implantação de uma Fileira da Carne no Alto Alentejo.

Para a realização deste estudo, será feito um levantamento e uma caracterização exaustiva, através de um contato direto com as realidades das explorações, empresas, estruturas e recursos, associados à constituição de uma fileira estratégica de carne na região. Com base nos levantamentos efetuados, serão analisados os desafios e as ameaças, os elementos motores e inibidores para a implantação da fileira. Utilizando a visão prospetiva, recolhida na animação dos workshops, serão fixados objetivos, definidas linhas de orientação estratégica a seguir, e tratados os dados para se definir o dimensionamento da fileira e dos subsectores e produtos a considerar, os mercados alvo, valores de investimento, áreas necessárias para implantação, perfis profissionais necessários, plano de marketing e o plano de ação a lançar.

3. Proposta de um modelo organizativo para a fileira.

Será estudado um modelo que tenha por base uma organização em rede sob a forma de um cluster, capaz de potenciar a integração horizontal e vertical de todos os atores, criar uma nova escala de intervenção no mercado e estimular a formação de novos negócios, reduzindo

o risco de quem venha a aderir. Será escolhida a forma jurídica adequada, definidos os estatutos, os objetivos, a missão, a visão, e os valores respetivos.

4. A divulgação da iniciativa, far-se-á em sessões organizadas pela Autarquia, como forma de apoio. A implementação do projeto deverá ser estruturada em quatro fases:

Fase 1. Organização e animação dos workshops para contacto com a realidade regional;

Fase 2. Levantamento no terreno da informação considerada importante, em contacto direto com a realidade empresarial da região, e pesquisa de modelos organizativos e jurídicos suscetíveis de virem a ser aplicados;

Fase 3. Tratamento da informação e produção de dois estudos: um, estratégico para a implantação de uma fileira de carne no Alto Alentejo, e outro relativo ao modelo jurídico e organizativo da entidade a lançar para concretizar a sua implantação no terreno;

Fase 4. Apoio ao município para a sua divulgação. Todo este trabalho será efetuado em estreita colaboração com os técnicos da Autarquia a nomear para o projeto, não apenas para acompanhar o seu desenvolvimento, mas também para apoiar a sua execução, procurando reduzir o orçamento a envolver na sua realização.

4.9.2 A dinâmica do movimento associativo do concelho de Sousel

Consubstanciado na prossecução de uma política de desenvolvimento autocentrada, o município de Sousel tomou a iniciativa de apoiar e dinamizar a vida associativa local.

Sendo o movimento associativo uma característica, desde longa data, do concelho, o município procura aproveitar as potencialidades desta tradição para, resolver, por um lado, uma boa parte das reconhecidas dificuldades que este movimento atravessava na altura, e, por outro, incentivar a participação da população na resolução dos seus problemas. Este envolvimento viria a beneficiar significativamente as associações locais.

Assim, com uma preocupação de descentralização e de dinamização da participação, o Município procura assumir o papel de «animador sociocomunitário» junto da população e das associações locais. Sem pretender substituí-las, procurou sensibilizá-las e apoiá-las para que pudessem ter um papel mais ativo na defesa de certos valores, fundamentais a uma política

integrada de desenvolvimento. Procurava-se, assim, integrar positivamente o conjunto das especificidades locais, de modo a mobilizar os recursos endógenos considerados estratégicos em termos de desenvolvimento do concelho.

Revelando uma notória preocupação com a descentralização, a atuação do Município na vida associativa local, foi sobretudo orientada para a facilitação de condições propiciadoras à organização autónoma das populações. Este «estilo» de intervenção, assente na necessidade de organização das populações em torno dos seus próprios interesses, dos seus próprios projetos, revelar-se-ia fundamental, ao permitir alargar os processos participativos, criar ou reforçar as identidades culturais positivamente avaliadas, as redes de solidariedade e as autonomias.

Como exemplo podemos destacar a criação do primeiro Lar da Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel na freguesia de Cano, bastante ilustrativo aliás, do «estilo» de intervenção do Município.

Partindo de uma necessidade sentida, ao tempo, pela população local, o Município procura fomentar a participação de toda a população na constituição de uma Comissão de Melhoramentos. Com base nas necessidades sentidas pela população, foi possível gerar uma «parceria de projeto» com o envolvimento de várias pessoas e entidades locais, regionais e nacionais. O projeto viria a beneficiar largamente da participação ativa da população local, nomeadamente com a constituição de um grupo de trabalho que, de uma forma voluntária, elabora os estatutos da associação, e leva a efeito a realização de atividades recreativas e desportivas, com o objetivo de angariar fundos.

A intensa rede de solidariedade que se gerou junto da população local, fez com que esta experiência se alargasse para lá dos seus objetivos iniciais de criação de um Lar para apoio social da população idosa. O Lar foi o ponto de partida para, posteriormente, se começar a alargar a ação a outras dimensões. A experiência da criação do Lar, foi, ela própria, transformada num núcleo de animação sociocomunitária, através do envolvimento de outras camadas da população.

Com a dinamização de sessões em que os mais idosos transmitiam os seus conhecimentos no domínio do artesanato, com ações de recolha e de registo de contos, provérbios e de peças de teatro ainda presentes na sua memória, foi possível, não só, valorizar a identidade cultural

local, como estimular a criatividade dos mais idosos, e possibilitar o maior envolvimento e participação dos mais jovens, num processo que inicialmente não lhes era dirigido.

O jornal «Notícias de Sousel» foi um outro exemplo característico da forma de atuação do Município face à política de descentralização e de participação da população através do apoio e da dinamização do movimento associativo.

Este jornal viria a beneficiar de alguns apoios do município, nomeadamente, subsídios, pagamento de publicidade da informação camarária difundida. O seu papel viria a ser extremamente importante, tanto no que diz respeito à difusão de informações úteis à comunidade, ao desenvolvimento da capacidade crítica, como na elevação do nível cultural da população local, face às questões do desenvolvimento. Seria especialmente importante no despertar da população local para a defesa e promoção de valores fundamentais à sobrevivência dos meios rurais e à necessidade de se promover um desenvolvimento harmonioso, onde os espaços e as culturas rurais tivessem o seu importante papel de equilíbrio, face ao conjunto do sistema social.

De referir ainda o boletim municipal, aqui editado de quatro em quatro anos. Mas, sendo este boletim um órgão de poder, talvez importe atentar no que, a este respeito diz Arocena (1986:114) que os "boletins municipais não são uma forma de expressão da população, mas um instrumento de controle e de orientação. Um boletim não serve para dar a palavra às pessoas, mas para a dirigir ao Presidente da Câmara. Ora, a ação que visa o desenvolvimento pressupõe uma abertura face às forças vivas portadoras de projetos".

Roque Amaro, ao designar de «assalariados do desenvolvimento» os destinatários de documentos como o boletim municipal, visa igualmente demonstrar como, deste modo, se pode engrossar o número de munícipes desinformados.

Embora nem todas as associações tenham revelado o mesmo dinamismo, devido não só ao tipo de atividades que pretendem desenvolver, como ainda à maior ou menor dinâmica dos seus dirigentes, o seu papel no processo de desenvolvimento foi, na verdade, fundamental; quer pelo seu impacto ao nível da participação e da transformação do sistema de valores da população local, quer pela estratégia seguida de articulação entre o endógeno e o exógeno e, sobretudo ainda, pelas possibilidades de emprego, direta ou indiretamente, criadas por essa via. Entre as várias associações criadas no concelho, encontram-se os Lares, Creches, Associações Culturais, Desportivas e Recreativas.

A política de promoção e dinamização da vida associativa local por parte do Município, revelou-se como principal fator explicativo do considerável aumento do número de associações. Presentemente existem 32 grupos ou associações envolvendo mais de mil e quinhentas pessoas.

Este processo de dinamização da vida associativa foi ainda muito importante pela entrada em cena de novos atores (novas elites segundo o ponto de vista de A. Touraine), os quais rejuvenesceram a ação dos atores tradicionais face, à promoção do desenvolvimento local.

4.9.3 O Turismo como vetor estratégico na promoção e salvaguarda da sustentabilidade local

Um dos aspetos que mais caracteriza a experiência de Sousel na promoção do desenvolvimento diz respeito ao objetivo estratégico de projeção externa da imagem do concelho. Esta promoção teve uma enorme importância para o processo de desenvolvimento local e resultou, concretamente, de uma dinâmica ofensiva de abertura face ao exterior, preservando a sua identidade cultural.

Reconhecendo o Município que não seria possível haver desenvolvimento se não houvesse uma certa abertura à mudança e ao exterior, o grande desafio seria o de encontrar uma via estratégica que permitisse uma estreita articulação entre fatores endógenos e exógenos.

A abertura ao exterior fez-se, sobretudo, através da via cultural, ou seja, através da integração do seu valioso património como fator estratégico privilegiado de desenvolvimento local. A este respeito, a intervenção ativa do poder local na dinamização turística é fundamental, ao garantir uma real oportunidade de diversificação da base económica do concelho sem constituir fator de desarticulação social e económica, ou seja, um desenvolvimento verdadeiramente endógeno aliado à preservação do próprio meio natural, social e cultural. Como exemplo, destacaremos o azeite, os queijos, os vinhos, os enchidos - transformação da carne, a caça.

Existe em Sousel “O Museu dos Cristos de Sousel”. Ele reflete um projeto que atravessa vários Executivos Municipais. Visa contribuir para o desenvolvimento social, económico, cultural e turístico do Concelho de Sousel, através da divulgação das coleções que constituem o seu acervo.

Defendeu Rafael Salinas Calado (2002), que “ Fazer nascer um museu é um ato público que personifica, em si próprio, uma necessidade cultural coletiva. Fazê-lo em Sousel, com o propósito de enriquecimento regional e diligência de valorização concelhia, parece fazer todo o sentido. É um procedimento responsável que deve corresponder à vontade de reanimar a identidade, preservando, conservando, estudando e divulgando o património para conseguir, através da sua fruição, evitar a sua perda e desenvolver o sentido de autoestima dos souselenses” (excerto do programa museológico da sua autoria e coordenação).

Na estratégia de desenvolvimento defendida, a informação era um aspeto fundamental, quer do ponto de vista interno, quer do ponto de vista externo, ou de ligação com o exterior.

Desta forma, para potenciar a atividade turística foi necessário encontrar formas mais ou menos engenhosas para dar a conhecer ao exterior certas potencialidades endógenas que até então estavam ainda mal aproveitadas e divulgadas.

Por via das diferentes atividades desportivas e culturais (colóquios, encontros, exposições, feiras, debates, festivais, tertúlias culturais, torneios etc.) promovidas ou apoiadas pelo Município, mas quase sempre em estreita colaboração com as associações locais e algumas forças económicas do concelho, Sousel foi-se dando a conhecer. Numa primeira fase, as entidades oficiais governamentais, jornalistas e meios de comunicação social, regionais e nacionais, foram tomando conhecimento do potencial endógeno, da dinâmica e da filosofia de desenvolvimento, desenhada em Sousel.

Todas as atividades mencionadas contam com a participação ativa da população local, nomeadamente com certas forças vivas do concelho, como os empresários e as associações locais.

Sublinha-se também a forte participação de uma intensa rede de solidariedades (parcerias de projeto) criada entre vários atores locais e regionais.

As iniciativas de promoção turística no concelho visam alcançar uma importante revitalização da economia local, de modo a impedir a significativa perda de população, espelhada nos censos 2011.

Enumeramos de seguida, alguns exemplos bem demonstrativos da vitalidade que a Câmara Municipal de Sousel pretende implementar no Concelho:

A Confraria Gastronómica de Sousel, fundada em setembro de 2012, com o objetivo de promover e divulgar os bons produtos da terra e seus derivados produzidos no concelho; a gastronomia: sopas regionais e tradicionais do concelho; os saberes e sabores da região; os costumes e o traje regional;

O PIMPA - Plano Intermunicipal de Promoção de Acessibilidade do Alto Alentejo, cuja primeira sessão participativa decorreu no dia 12 de abril e em que estiveram presentes representantes das principais instituições locais, coletividades e outros interessados que participaram neste projeto de planeamento inclusivo;

No âmbito da regeneração urbana, o projeto “Fazer Acontecer a Regeneração Urbana”, em que teve lugar no dia 06 de julho uma Auscultação Pública com o objetivo de recolher ideias para o Plano de Regeneração Urbana da Pousada de S. Miguel;

O POTS-Plano Operacional de Turismo de Sousel, apresentado em 27 de outubro de 2012, que visa operacionalizar a dinamização turística, económica e social do concelho, destinado a promover o seu desenvolvimento sustentado, com benefícios para os diversos agentes do território.

O NECS-Núcleo Empresarial do Concelho de Sousel, surge com a missão de apoiar e dinamizar o tecido empresarial no concelho, constituído por representantes das mais diversas forças económicas; tem como objetivo apoiar as empresas e empresários já existentes, de modo a aproveitar mais eficazmente os recursos disponíveis, assim como estimular o empreendedorismo e facilitar a criação de novas empresas e novos projetos no concelho.

Os objetivos estratégicos são:

1- Promover o desenvolvimento das atividades económicas do concelho nos domínios técnico, económico, comercial, associativo e outros; assegurar aos seus associados uma crescente participação nos programas e nas decisões relacionadas com essas atividades;

2- Representar os seus associados e assegurar a sua representação em todos os organismos, privados e públicos;

3- Implementar o Coworking assim como o espírito de solidariedade e de apoio entre os associados;

4- Fornecer serviços de interesse para os seus associados, prestando adequada informação, apoio técnico e consultadoria, assim como a área da formação;

5- Organizar certames, conferências, colóquios e cursos.

Consciente da crescente competitividade dos mercados nacionais e internacionais, o NECS assume-se como agente dinamizador da economia do Concelho de Sousel, criando condições para que as empresas aumentem o seu grau de eficiência e competitividade e adquiram novos hábitos e recursos que possibilitem a criação de um tecido empresarial cada vez mais forte e estável.

4.9.4 Em jeito de reflexão final

Não se pretende entrar em considerações sobre os fatores de ordem política, económica ou simbólica, que, eventualmente, possam estar por detrás da aplicação dos projetos anteriormente descritos, nem, tão pouco, é esse o objetivo desta reflexão. Cumpre, contudo, referenciar aqui o interesse que a autarquia manifestou em desenvolver uma política local centrada em intervenções/ações ditas “imateriais”, onde os resultados se tornarão visíveis a médio/longo prazo, o que, tendo em conta a duração dos mandatos políticos, poderia, à partida, comprometer a sua concretização. Daí que, tendo presente o compromisso político e a responsabilidade que os mesmos representavam ao nível do desempenho técnico, já que se tratava de projetos cujo objetivo se centravam, não só, na fixação da população e melhoria da qualidade de vida de uma comunidade, como, também e, em última instância, na mudança da própria imagem do concelho, estava perante um grande desafio mas, também, da enorme oportunidade que se adivinhava crucial para o reconhecimento e afirmação da própria profissão de sociólogo.

Considerando, outrossim, os princípios orientadores dos projetos, designadamente a importância da participação comunitária e do envolvimento dos setores público, privado e associativo, foi estabelecida, como metodologia de trabalho, a criação de equipas multidisciplinares e intersetoriais que integrariam representantes de diversas instituições daqueles setores, e cujo objetivo se centraria na caracterização e identificação de forças, oportunidades, fraquezas e ameaças e, na conseqüente apresentação de propostas de solução em diversas áreas, consideradas como prioritárias para a promoção turística.

Esta tarefa apresentou-se como um dos maiores desafios à implementação e operacionalização dos diferentes projetos, já que exigia uma mudança nos próprios processos organizativos internos, devido à importância do trabalho multidisciplinar que, nos finais dos anos noventa, era olhado com desconfiança por se apresentar como uma nova forma de

cultura organizacional, onde imperavam formas de trabalho individualizadas e onde as fronteiras entre os vários domínios de competência tendiam a revelar-se perfeitamente delimitadas. Por outro lado, as instituições do setor público, nomeadamente dos setores da ação social, cultura, educação, desporto, habitação, saúde, turismo, fundamentais em tais processos, evidenciaram alguma resistência, por considerarem que se tratava de uma política que se traduzia na invasão de domínios da sua exclusiva competência, sem analisarem, à partida, os benefícios ou vantagens que poderiam resultar das parcerias estratégicas, na concretização de uma política local que pretendia colocar a promoção do concelho no topo das decisões.

Há, no entanto, que salientar, as vantagens na mudança de comportamentos e práticas de uma população, no que concerne ao aumento dos níveis de participação, sobretudo em projetos desenvolvidos pelo poder político, face ao qual manifestava algum distanciamento.

No que diz respeito ao movimento associativo, este manifestou, de imediato, grande receptividade à integração e participação em projetos propostos, revelando-se como o grande apoio à sua operacionalização, não só como motor de mobilização da população como também na disponibilização dos meios técnicos e materiais, necessários ao desenvolvimento das várias atividades culturais, lúdicas e recreativas, que funcionavam, sobretudo, como incentivo à participação.

Pensamos que esta posição se deve ao facto da grande maioria das associações dependerem das subvenções do poder local, para além de outros potenciais dividendos que poderiam daqui retirar, nomeadamente, a possibilidade de poderem desenvolverem as suas atividades, fazer a sua divulgação e, conseqüentemente, aumentarem o número de associados.

Para ultrapassar estes constrangimentos, foi necessário:

- 1) apelar à capacidade de negociação na mediação de um processo relacional entre os vários intervenientes nestes processos;
- 2) estimular a participação dos parceiros, com recurso a estratégias eficazes de divulgação dos projetos, bem como informação dos seus objetivos, numa tentativa de os envolver de forma permanente;
- 3) sensibilizar todos os atores sociais, envolvidos no processo, para a importância do trabalho multidisciplinar e da intervenção articulada dos vários setores da sociedade civil; e

4) apelar à participação dos cidadãos, colocando à sua disposição, de forma livre e gratuita, os meios humanos e materiais necessários à dinamização de atividades que de algum modo correspondessem às suas expectativas e necessidades.

CAPÍTULO V – UMA PRÁTICA E UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS

5.1 Percurso Académico

2008

Pós-Graduação em “Gestão Autárquica Avançada” pelo Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa

2004

Pós-Graduação em “Gestão do Sector Público Administrativo” pela Universidade de Évora

1999

Licenciatura em Sociologia pela Universidade de Évora
Trabalho final de curso “Uma biblioteca em meio rural”

01/06/87 a 20/01/88

Curso Técnico-Profissional BAD pela Associação Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas de Lisboa

5.2 Atividade Profissional

Experiências de atividade sociológica no âmbito das políticas sociais

O presente capítulo pretende descrever as minhas experiências profissionais, enquanto Socióloga, no âmbito das Políticas Sociais, exemplificando formas de pôr a Sociologia ao serviço da Comunidade e contribuir para a Mudança, cumprindo, assim, o que entendo ser o papel primordial do Sociólogo.

Assim, procuro demonstrar a abrangência de campos profissionais dos sociólogos, em particular nas autarquias locais, que se concretizam no planeamento (que em muitos casos suporta a decisão política), na conceção, execução, gestão e avaliação de projetos a vários níveis (político, económico, social, cultural, ambiental...) e na polivalência das suas competências e experiências profissionais.

Desde 2000 que tenho vindo a colaborar, coordenar e participar em projetos de intervenção, no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, promovidos e/ou implementados pela Câmara Municipal de Sousel, entidades públicas (Autarquias Locais, Educação, Forças de Segurança, Saúde e Segurança Social) e particulares de solidariedade social (Santas Casa da Misericórdia de Cano e Sousel, Associação Recreativa e Cultural do Concelho de Sousel, Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel e Lar Adriano Rovisco dos Santos, de Casa Branca); fui, paulatinamente, descobrindo, aplicando e divulgando competências e papéis profissionais do Sociólogo, ao nível da intervenção social.

Aquando da frequência do curso de Sociologia na Universidade de Évora (que fiz enquanto trabalhadora estudante), senti necessidade de aliar a componente teórica que ia adquirindo, a um contacto direto com a realidade social, designadamente, em contextos de pobreza e exclusão social e solidariedade, como as instituições particulares de solidariedade social (IPSS's), detentoras de respostas sociais, quer para crianças até à idade pré-escolar, quer para idosos.

Desta forma, o relato de experiência profissional que ora se apresenta, assenta em pressupostos de organização cronológica; nele se descrevem as atividades e experiências profissionais desenvolvidas desde 2000, altura em que ingressei na carreira, enquanto técnica superior de Sociologia estagiária na Câmara Municipal de Sousel, entidade onde iniciei a minha atividade profissional em 1984.

Por conseguinte, será efetuada de forma mais genérica uma descrição das funções, que, pese embora o seu interesse para situar, cronologicamente, o percurso profissional, não relevarão no contexto deste relato.

Ao invés, elegem-se como objeto de minucioso detalhe, as funções que considerámos de grande relevância, e que evidenciam, para além da preocupação constante em identificar as competências profissionais dos sociólogos na intervenção social - que tem caracterizado o meu percurso profissional - e que tenho procurado divulgar e afirmar, também a importância da integração profissional em organismos sociais, onde estes profissionais não tenham, ainda, representação.

Data: 2000 a 2003

Técnica Superior de Sociologia – estagiária e Técnica Superior de Sociologia - 2ª. Classe

1- Elaborar relatório de estágio para ingresso na carreira técnica superior de Sociologia, que nomeadamente **relata as atividades desenvolvidas no âmbito da Educação e Ação Social e contextualiza a política de educação, ao abordar dois instrumentos de planeamento: Conselho Local de Educação e Carta Educativa.**

2- Organizar, manter e desenvolver os refeitórios escolares, propriedade do município, assegurando a sua gestão em colaboração com as respetivas unidades orgânicas.

3- Coordenar Posto de Turismo.

4- Coordenar Programa de Férias Educativas (16 de Julho a 31 Agosto 2001).

5- Organizar: **Souselinfantil** (evento que ocorre anualmente, destinado a comemorar o Dia Mundial da Criança, que abrange todas as crianças do Concelho de Sousel). Este evento envolve diversas entidades, como sejam, o Município de Sousel, enquanto entidade organizadora, em parceria com Agrupamento de Escolas, Bombeiros Voluntários, IPSS's, Proteção Civil, Saúde, Segurança Pública, Segurança Social.

6- Organizar: comemorações do **Dia do Idoso** (visam proporcionar: momentos de convívio entre a população mais idosa, facilitar a comunicação intergeracional, favorecer a integração social da população idosa e, especialmente, combater o seu isolamento); **Festas de Natal** (destinadas também à população idosa e aos funcionários da autarquia), que ocorrem em momentos diferentes, mas com objetivos comuns, isto é, fomentar momentos de partilha e convívio entre as pessoas, permitindo-lhes uma maior aproximação, de modo a, no primeiro caso, combater o isolamento, e no segundo, facilitar um espírito de entreajuda, de equipa e de motivação em contexto de trabalho, que permita um bom ambiente e melhoria nas relações dos colaboradores da organização.

7- **Representar a Câmara Municipal na Assembleia de Escola e Conselho Pedagógico da E.b.2,3 de Sousel**; elaborar relatórios das respetivas reuniões e dar prosseguimento a toda a dinâmica que envolve esta representação.

8- **Fazer a ligação entre a comunidade escolar e a Câmara Municipal**, nomeadamente na realização de pedidos de obras, reparações, festas, requisições de autocarros e refeitórios escolares.

9- Desenvolver todo o processo para celebração de Acordo de Colaboração com a Educação Pré-Escolar.

10- Coordenar a gestão dos centros de educação pré-escolar.

11- Elaborar a candidatura ao Programa da Rede Social

Importa esclarecer que o *Programa da Rede Social*, implementado em Portugal a partir de 1997, tal como o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), se enquadram no campo das Políticas Sociais Ativas. Têm como objetivos, uma intervenção inclusiva de combate à pobreza e à exclusão social e a promoção da cidadania ativa; uma intervenção territorializada e de proximidade com os cidadãos, a partilha de responsabilidades entre o Estado e a Sociedade Civil, no sentido da promoção do Desenvolvimento Social.

Os desafios que a *Rede Social* coloca às entidades públicas e privadas, a nível local e, bem assim, aos seus técnicos, são os de constituírem e/ou consolidarem estruturas de parceria integradas, pretendendo-se que estas se constituam em plataformas de planeamento estratégico e de coordenação da intervenção social, a nível local. A introdução formal do planeamento estratégico, no âmbito das Políticas Sociais, constituiu um fator de inovação neste domínio e vem responder a uma necessidade de articulação e integração das inúmeras iniciativas, no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social, quer promovidas pelo Estado, quer promovidas pelas instituições da sociedade civil. No entanto, devido à ausência de uma tradição de metodologias de planeamento no campo social, a Câmara Municipal, entidade a quem coube a coordenação da Rede Social, sentiu a necessidade de recorrer a mais um técnico com formação teórico-metodológica ao nível do Planeamento, tendo, assim, contratado, em regime de avença, mais uma socióloga, para apoiar o processo de implementação da Rede Social.

No caso específico do Projeto Piloto da Rede Social Sousel, participei ativamente, desde a elaboração e submissão da candidatura do Programa, à elaboração do diagnóstico social de necessidades e de recursos do concelho e, posteriormente, à definição do Plano de Ação da

Rede Social e do Plano de Desenvolvimento Social, mediante a realização de tarefas específicas.

A Câmara Municipal de Sousel candidatou-se, neste âmbito, ao Programa Rede Social, promovido pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social, promovendo a criação de parcerias com entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, implantadas no Concelho, numa perspetiva de desenvolvimento local.

Este programa, tem como finalidade, erradicar ou atenuar a pobreza e a exclusão social; renovar estratégias de ação e intervenção social; promover o desenvolvimento social.

Designação do Projeto - "Programa Rede Social"

Entidade Promotora - Câmara Municipal de Sousel

Objetivos do projeto

Definiram-se, assim, os objetivos do Projeto:

- Realizar Diagnóstico Social de Necessidades e de Recursos do Concelho de Sousel;
- Elaborar Plano Ação da Rede Social e Plano de Desenvolvimento Social;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, mobilizando competências e recursos das instituições e das comunidades, para garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais no concelho e nas freguesias.

Funções:

Participação na análise documental; pesquisa bibliográfica; aplicação de entrevistas a interlocutores privilegiados; reuniões temáticas em cada uma das freguesias; observação direta; histórias de vida e contato com informantes privilegiados ou informantes chave; aplicação de inquéritos por questionário; tratamento de dados estatísticos, através do programa SPSS.

Participação na elaboração do Pré-Diagnóstico que serviu para definir linhas a seguir para a construção do Diagnóstico Social; Plano de Desenvolvimento Social e Planos de Ação.

Data: 2003 a 2005

Convém explicitar, que quando se fala de assessoria técnica por parte de sociólogos a projetos locais, os quais envolvem técnicos de diversas instituições que integram uma parceria, não se pretende que o sociólogo desenvolva, isoladamente o trabalho para que foi solicitado, a fim de o entregar no prazo previsto. Cumpre ao sociólogo, essencialmente, estimular a participação dos parceiros nas atividades da Rede Social; envolvê-los permanentemente no

processo de planeamento e de consolidação das parcerias, mediante a dinamização da aplicação de metodologias participativas que potenciem o debate e o diálogo entre os parceiros locais acerca das potencialidades, dos problemas, e respetivas causas, existentes na comunidade em questão; ainda, aplicar e analisar os instrumentos de investigação para a produção de conhecimento quantitativo sobre a realidade local e recolha de dados estatísticos, relativos ao concelho visado.

No âmbito da elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Sousel, a Câmara Municipal de Sousel desempenhou um papel de mediador e dinamizador do processo de planeamento, na medida em que encarregou os parceiros locais de procederem à recolha de toda a informação estatística, referente aos setores que representavam – educação, emprego, saúde, segurança social, ação social - bem como à aplicação dos inquéritos, por questionário, aos dirigentes das entidades locais relevantes e a uma amostra aleatória da população do concelho, instrumentos concebidos pelas sociólogas da Câmara (a signatária e uma avençada).

Ao longo do tratamento e análise dos resultados, estes foram sendo sempre apresentados e discutidos com parceiros da Rede Social, sendo que os resultados finais serviram de base à elaboração do Plano de Ação da Rede Social e do Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Sousel, que se constitui, por isso, num processo participado e integrado.

A mais-valia da participação de sociólogos nestes projetos locais de intervenção social, resulta do seu *know-how* teórico e metodológico, verdadeiramente significativo na aplicação, no terreno, das políticas sociais; permite “descodificar” os conceitos inerentes às problemáticas do combate à pobreza e à exclusão social e os pressupostos que estão na base da definição das políticas sociais, bem como promover uma discussão e reflexão teóricas sobre as práticas locais, ao nível da implementação de projetos e programas sociais; contribuir para a sua divulgação através da publicação de investigações e de artigos científicos e da promoção de congressos/seminários ou ações de formação para o público, em geral, e para os técnicos intervenientes, nos projetos, em particular.

O *domínio relacional* do papel profissional do sociólogo ao nível da assessoria técnica é dominante, porquanto a sua atuação ocorre em contexto de parcerias que envolvem entidades diferentes, com interesses e objetivos distintos, aplicando metodologias diversificadas, pelo que é necessário apelar à capacidade de negociação e de mediação de interesses e conflitos dos sociólogos, no sentido de sensibilizar os parceiros para a importância de uma intervenção articulada e integrada, capaz de dar resposta à multidimensionalidade dos problemas da pobreza e da exclusão social.

Data: 2003 a 2007

Técnica Superior de Sociologia – 1ª. Classe

(No âmbito da atribuição de responsabilidades no Subsetor **Ação Social**).

Funções:

Elaborar e executar programas de ação social, no domínio das respetivas competências; efetuar estudos que inventariem as carências sociais de grupos específicos da comunidade; analisar, inventariar e propor a concessão de auxílios económicos a estudantes ou a elementos de estratos sociais desfavorecidos; colaborar com as instituições vocacionadas para intervir na área da ação social; apoiar o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; efetuar inquéritos socioeconómicos, e outros, solicitados ao município; apoiar socialmente as instituições de assistência, educativas, prisionais e outras existentes na área do município.

1- Orientar estágios; participar em júris de recrutamento e seleção de pessoal (enquanto Responsável pelos Setores de Educação e Ação Social).

2- Colaborar com as instituições vocacionadas para intervir na área da ação social; efetuar inquéritos socioeconómicos e outros solicitados ao município.

3- Apoiar socialmente as instituições de assistências, educativas, prisionais e outras existentes na área do município.

4- Assegurar a proteção às pessoas e grupos desfavorecidos do município, através da atribuição de vários tipos de prestações que visam a melhoria da sua qualidade de vida.

5- Coordenar os Refeitórios Escolares.

6- Coordenar a gestão dos centros de educação pré-escolar.

7- Auxílios Económicos; Bolsas de Estudos; Prémios Escolares.

8- Rede Social.

9- Assembleia de Escola e Conselho Pedagógico (E.b. 2,3 Sousel).

10- Representar Câmara Municipal:

Núcleo Local Inserção – Enquanto representante do Setor da Autarquia Local – Câmara Municipal de Sousel – Desde 20 de Janeiro de 2005

Designação do Projeto - “Núcleo Local de Inserção (NLI)”

Entidade Promotora- Instituto da Segurança Social, IP

Objetivos

Os objetivos do projeto encontraram a seguinte definição:

- Acompanhamento das ações programadas e desenvolvidas no âmbito do programa de inserção dos beneficiários da medida Rendimento Social de Inserção;
- Desenvolvimento de respostas adequadas para problemas identificados na concretização da elaboração dos programas de inserção;
- Avaliação e aperfeiçoamento das ações programadas no âmbito da inserção.

Funções:

Enquanto representante da autarquia local, que tem assento obrigatório, a par dos responsáveis pelos setores da segurança social, do emprego e formação profissional, da educação e da saúde, cumpre colaborar com os restantes membros na execução dos objetivos propostos; disponibilizar recursos na medida das suas responsabilidades para participar e auxiliar o trabalho desenvolvido pelo núcleo; preparar e disponibilizar elementos e informações, acrescentar propostas que se afigurem adequadas.

Data: 2005- 2011

Tendo por base a tipologia de perfis-tipo do Papel Profissional do Sociólogo, definida por Manuel João Ribeiro (1994), e a incursão no terreno, que me permitiu conhecer e participar na prática local do NLI, constatei que o Papel Profissional do Sociólogo, no âmbito de Medidas, Programas ou Projetos de luta contra a pobreza e a exclusão social, em geral, e no âmbito da Medida Rendimento Social de Inserção, em particular, se situa em três domínios fundamentais definidos por este autor: *Domínio do Planeamento; Domínio Relacional; Domínio Operacional*.

Assim, os estudos de Caracterização e Diagnóstico de Necessidades, que desenvolvemos no âmbito dos Grupos de Trabalho, enquadram-se no *Domínio do Planeamento*; o *Domínio Relacional*, foi expresso através da participação nos grupos de trabalho do NLI, tendo-se desenvolvido um trabalho em parceria; o trabalho no terreno, visitas domiciliárias, relatórios sociais, encaminhamentos para emprego, desempenho no âmbito da saúde, da educação e da

habitação, em que nos foi possível contactar diretamente com beneficiários do RSI e com a população em geral, enquadra-se no *Domínio Operacional*.

Com efeito, só numa articulação tão concertada e consistente quanto possível, permitirá ao Sociólogo, exercer o seu papel de impulsionador e, em simultâneo, de mediador, de modo pleno, corrente e eficaz.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Sousel (CPCJ) - Enquanto representante do Município de Sousel, desde Janeiro de 2006;

Até Janeiro de 2012 integrei, enquanto técnica superior de Sociologia, a Equipa da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Sousel, sendo eleita presidente para três mandatos consecutivos, através de votação secreta, no plenário da comissão alargada; desenvolvi funções de intervenção direta com grupos da população em situação de extrema exclusão social, nomeadamente crianças e jovens, expostos a situações de perigo: abandono, maus tratos, abusos sexuais, negligência, sujeição a comportamentos que afetem a sua segurança e o seu equilíbrio emocional, sujeição a comportamentos desviantes ou que ponham em risco a sua integridade e a dos outros, sem que as famílias consigam agir autonomamente.

Designação do Projeto - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Sousel (CPCJ)

Entidade Promotora - Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Instituto de Solidariedade e Segurança Social

Objetivos do projeto:

Proteger e promover o direito das crianças e jovens, prevenindo ou esbatendo situações de perigo.

Funções:

Representante do Município; Presidente da Comissão; Técnica na área da Sociologia

Enquanto presidente:

- Representar a Comissão de Proteção;
- Presidir às reuniões da comissão alargada e da comissão restrita e orientar e coordenar as suas atividades;

- Promover a execução das deliberações da comissão de proteção;
- Elaborar o relatório anual de atividades e avaliação e submetê-lo à aprovação da comissão alargada;
- Autorizar a consulta dos processos de promoção dos direitos e de proteção;
- Proceder às comunicações previstas na lei.

Enquanto técnica na área da Sociologia:

Participar em todas as fase dos processos, análise, identificação, avaliação, encaminhamento, visitas domiciliária, elaboração de acordos de promoção e proteção.

A equipa em que trabalhei é multidisciplinar, integrando sociólogo, psicólogo, assistente social, enfermeiro, professor, educador de infância, jurista, forças de segurança; esta multidisciplinaridade reveste-se de extrema importância, dado surgirem, com uma frequência alarmante, situações de tal modo complexas e singulares, que se impõe o recurso a “olhares” diferentes que contribuam com saberes e soluções transversais.

A existência de sociólogos neste tipo de equipas de ação direta, parece-me fundamental, porquanto o sociólogo pode desempenhar um papel abrangente, com a presença dos domínios supra elencados, verificando-se a prevalência dos domínios operacional e relacional, sobres os domínios do planeamento e da investigação.

Poderemos considerar que o diagnóstico no terreno, da situação de emergência, a atuação na crise e a resposta imediata à emergência, se enquadram no *domínio operacional*; o *domínio relacional* estará presente, aquando da interação e articulação direta com as diversas entidades parceiras para onde encaminhamos os utentes da CPCJ, sendo também uma constante desde o primeiro momento de intervenção.

O contato direto e imediato com a realidade da pobreza e/ou exclusão social, abandono ou negligência, operacionalizado nas situações e nas histórias de vida das crianças e jovens, as suas famílias a quem prestamos auxílio, possibilita ao sociólogo conhecer em direto, interpretar, sistematizar e produzir novos conhecimentos acerca dos fenómenos da pobreza e da exclusão social em Sousel (*domínio da investigação*); por outro lado, a necessária e permanente articulação com os diferentes serviços de Ação Social do Estado e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Distrito de Portalegre, permitem-lhe diagnosticar quais as necessidades e os recursos existentes, no âmbito das políticas e dos programas de Ação Social em Sousel (*domínio do planeamento*).

Data: 2006 – 2013

No âmbito das funções enquadradas na Divisão de Educação, Ação Social, Saúde e Habitação, mais concretamente no **Setor da Habitação Social**.

Funções:

Elaborar estudos que detetem as carências de habitação, identifiquem as áreas de parques habitacionais degradados e fornecer dados sociais e económicos que determinem as prioridades de atuação; executar a política municipal de habitação; sugerir parcerias, designadamente com entidades sem fins lucrativos, cooperativas e outras, que desenvolvam atividade no setor de habitação; inventariar necessidades e propor as soluções mais adequadas em matéria de habitação, designadamente em matéria de habitação social a custos controlados.

11- Elaborar Recenseamento habitacional

Trata-se de um projeto no domínio do planeamento, que consiste na solicitação, por parte da Autarquia Local, de um parecer prévio de Sociólogo, para melhor intervir no âmbito da Habitação Social. Procede, em sequência, ao realojamento de e à construção de habitação a custos controlados.

Designação do Projeto- *“Recenseamento habitacional” Caracterização da População Residente no concelho de Sousel*

Entidade Promotora - Município de Sousel

Objetivo do projeto - Recenseamento da população residente no concelho de Sousel, no âmbito do Prohabita

Funções: Aplicação de inquérito à população residente em barracas; recolha e tratamento de dados; carregamento de base de dados.

Data: 2007

Elaborou-se, neste âmbito, um relatório onde constam sugestões, propostas e recomendações para uma eficaz intervenção no futuro processo de realojamento; de seguida,

procedeu-se a uma candidatura Prohabita, com vista ao realojamento de 5 famílias carenciadas.

A iniciativa da autarquia de solicitar um parecer sociológico com vista ao planeamento da sua intervenção, no âmbito da habitação social, demonstra que o papel do sociólogo neste domínio é pertinente e valorizado. Contudo, questiona-se: decorridos quatro anos, qual a validade dos dados recolhidos de forma rigorosa em 2007? Em que medida, o parecer sociológico será tido em conta, aquando do processo de realojamento?

Num processo tão complexo como este, que envolve equipas multidisciplinares de áreas tão diferentes como a engenharia, a arquitetura, o serviço social, a segurança e a sociologia, que congregam interesses tão distintos, que outros valores mais altos se levantam?

Como se referiu anteriormente, para além da busca constante para identificar quais as competências e atribuições profissionais dos sociólogos na intervenção social, preocupação que tem caracterizado o percurso profissional em análise, existe ainda o esforço de dar visibilidade à profissão, afirmando a pertinência da integração profissional de sociólogos em organismos sociais, nomeadamente onde ainda não se verifique a sua presença.

12- Elaborar candidaturas nos domínios da Ação Social, Educação e Habitação.

13- Elaborar regulamentos nas áreas da Ação Social, Educação e Habitação Social

Data: 2007 até 2011

Técnica Superior de Sociologia – Principal

1- Efetuar levantamento de condições habitacionais, famílias carenciadas e de etnia cigana.

2- Elaborar candidaturas:

- **Programa de gestão de recenseamentos de realojamento** no âmbito do Prohabita (Instituto Habitação e Reabilitação Urbana);
- **Programa SolarH;**
- **Programa PCHI** (Conforto Habitacional Pessoas Idosas).

3- Desenvolver procedimentos conducentes à transferência de património edificado, propriedade do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) - Bº. Francisco Sá Carneiro, em Sousel, para o Município de Sousel.

Esta transferência veio enriquecer o património do Município, que é detentor de dois bairros de habitação social, um na freguesia de Casa Branca, e aquele na sede do concelho, permitindo, assim, ao Município desenvolver uma política de ação social, que visa a atribuição de fogos de habitação social.

Atribuição de responsabilidades no **Setor da Educação**

Funções:

Elaborar e executar programas de educação escolar; coordenar a gestão dos centros de educação pré-escolar; planear a rede de transportes escolares; inventariar as carências em equipamentos escolares, promovendo a aquisição e substituição de equipamento degradado; promover ações complementares de educação, definindo os respetivos destinatários, locais de prestação deste serviço e condições de acesso; apoiar, tecnicamente, o Conselho Municipal de Educação; acompanhar o desenvolvimento da rede escolar; assegurar a ligação dos estabelecimentos de educação do concelho e acompanhar o seu funcionamento; propor e executar medidas de intervenção para melhoria dos níveis de formação e qualificação; gerir e coordenar a elaboração da carta educativa; gerir e coordenar o funcionamento das ludotecas; programar e acompanhar o desenvolvimento de outros projetos de apoio à população escolar; colaborar na deteção das carências educativas, na área do ensino pré escolar e básico, e propor as medidas adequadas; executar as ações programadas.

4- Elaborar candidaturas:

- Programa Generalização de Refeições aos alunos do 1º. CEB;
- Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º. CEB (efetuar protocolos necessários à implementação das AEC's);
- Programa Regime Fruta Escolar.

- 5- Desenvolver procedimentos, por forma a cumprir o protocolo no âmbito do Plano Nacional de Leitura.
- 6- Elaborar levantamento de necessidades de equipamento nos Jardins de Infância e Escolas Básicas do Concelho; propostas para aquisição de equipamentos básico e didático para JI's, Eb's, Phe e Aec's e refeitórios escolares.
- 7- Implementar o Refeitório Municipal (instalações de apoio aos Serviços Sociais) designadamente, apetrechamento e funcionamento.
- 8- Elaborar perfil de competências e plano individual de estágio na área do turismo (Pepal).
- 9- Orientar diversos estágios no âmbito da Ação Social, Educação e Saúde.
- 10- Avaliação de desempenho do grupo de pessoal adstrito aos Setores de Educação e Ação Social.
- 11- Dar contributos: grandes opções do plano, relativamente às áreas de Ação Social, Educação, Habitação Social e Saúde, Página Internet da Câmara e Boletim Municipal.
- 12- Efetuar informações/Relatórios Sociais no âmbito dos Setores de Ação Social e Educação.
- 13- Elaborar propostas para deliberação do Executivo Municipal.
- 14- Colaborar na identificação de famílias carenciadas para atribuição de cabazes de natal.
- 15- Assegurar funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

Atribuição de responsabilidades no **Serviço da Saúde**

Funções:

Propor e promover a execução de medidas tendentes à prestação de cuidados de saúde à população; propor medidas com vista à intervenção do município nas formas de funcionamento do centro de saúde local e suas extensões; colaborar com os serviços, no diagnóstico da situação sanitária da comunidade, bem como em campanhas de sensibilização e prevenção; assegurar o desenvolvimento e o desempenho de outras ações em matéria de saúde, desde que se insiram nas competências do Município.

16- Efetuar protocolo entre Município de Sousel (MS) e Unidade Local Saúde do Norte de Alentejano (ULSNA) para concretização da candidatura no âmbito Programa Operacional Regional Alentejo 2007/2013-Eixo 3 Saúde, para construção de duas unidades primárias e de saúde pública (Cano e Casa Branca).

17- Desenvolver procedimentos administrativos para aquisição do equipamento administrativo, hospitalar e informático das extensões do Centro de Saúde de Sousel.

18- Elaborar Plano de Contingência para a pandemia Gripe A.

5.3 Formação Profissional

2013

- XXXIII Colóquio Nacional da Associação de Técnicos da Administração Municipal (ATAM), Portalegre.

2012

- Ação de Formação “Auditorias da Qualidade”, (formação interna)
- Ação de Formação “Gestão por Objetivos”, (formação interna)
- Ação de Formação “Ferramentas da Qualidade” (formação interna)
- XXXII Colóquio Nacional da Associação de Técnicos da Administração Municipal (ATAM), Lagoa.

2011

- Encontro Nacional “Direitos da criança. A prevenção do risco e a reparação do perigo. O papel das instituições particulares de solidariedade social”, Fátima
- XXXI Colóquio Nacional da ATAM, Guarda.

2010

- Reunião aperfeiçoamento profissional da ATAM, Avis;
- XXX Colóquio nacional da ATAM, Grândola/Troia;
- Ação de Formação “A lei de proteção de crianças e jovens em perigo e as

comissões de proteção”, Elvas;

- Encontro Anual de avaliação das atividades das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Açores.

2009

- Conferência “A importância da família no desenvolvimento harmónico das crianças, com especial enfoque no papel dos avós” - Monforte;

- 1º. Encontro Regional dos Centros de Novas Oportunidades - Sousel;

- III Encontro PETI-OIT, Turmas Especiais: Boa Prática ou Guetização?” - Fátima;

- XXIX Colóquio nacional da ATAM - Bragança;

- Encontro anual de avaliação das atividades da Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco” - Grândola.

2008

- Curso de Formação dos Membros das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens “O sistema de promoção dos direitos das crianças e jovens”, duração 28 horas;

- Encontro Regional de Educação do Alentejo, no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, Évora;

- Seminário de Habitação Social Municipal “Gestão da Atribuição na Habitação Municipal”;

- Encontro anual, avaliação das atividades das CPCJ, Portimão;

- XXVIII Colóquio Nacional da ATAM, Torres Vedras.

2007

17/10 - Conferência internacional “Tendências nas políticas sociais de habitação”, Fórum Lisboa;

21/03 a 27/04 – Módulo “Avaliação dos Documentos Previsionais”, incluído no Programa Integrado para o Desenvolvimento de Competências no POCAL – 88 horas;

28/03 – “Higiene, Segurança Alimentar e H.A.C.C.P.” – 2,5 horas;

01/02 – Reunião Aperfeiçoamento Profissional – Associação Técnicos Administrativos Municipais;

26/01 – Seminário de Habitação Social Municipal – Universidade de Évora;
18/01 – Seminário Intervenção Concertada no Abuso Sexual Infantil – Projeto Desabrochar;
- Encontro anual avaliação atividades das CPCJ, Évora.

2006

13/09 a 24/11 – “Avaliação e Implementação do Sistema de Controlo Interno” – 88 horas;
18/09 a 14/11 – “Elaboração dos Documentos Previsionais” – 88 horas;
23/10 – Sessão pública apresentação do Plano Nacional de Ação para Inclusão

2006/2008, Lisboa;

14 a 15/09 – Encontro Anual Avaliação Atividades CPCJ, Vila Real St^o. António;
26 a 27/04 – I Jornadas “O papel do Assistente Social no Jogo da Interdisciplinaridade”,
Academia Militar, Lisboa;
12/04 – III Seminário “Inserção: Certezas e Desafios” – Instituto Português da Juventude
Portalegre.

2005

3 a 4/11 - Encontro Anual Avaliação Atividades CPCJ, Castelo de Vide;
25/05 – Curso formação profissional de “Sessões Temáticas Inter-clas”, 3 horas, Estremoz;
18 a 20/05 – Curso de formação profissional de “Desenvolvimento Social e Desenvolvimento
Estratégico Territorial” – nível 3 – 21 horas, Portalegre.

2004

23 e 24/05 – I Jornadas do Turismo, Vidigueira;
02/11 a 13/12 – Curso Formação Profissional “Gestão de Projetos”, 84 horas;
04 a 18/10 – Curso Formação Profissional “SPSS na Análise de Dados em Ciências Sociais”, 30
horas;

02/03- I Workshop temático “Modelos de Intervenção em Prevenção Primária”, pelo IPDT, em Beja.

2003

27/10 – Ação 70/03 do Curso Formação Profissional de “Encontros Inter-Clas”, 4 horas, Portalegre;

17/06 – Seminário “Novas Competências das Autarquias no âmbito da Intervenção Social”, Évora;

23 e 24/05 – I Jornadas do Turismo, Vidigueira;

05/02, 13/02, 18/02 e 06/03 – Fórum “Criança, Família e Comunidade”, CPCJ, Portalegre.

2002

24 e 25/05 – Encontros de Monsaraz “Juventude, Emprego e Inclusão Social”.

2001

27/09 – Seminário “Exclusão Social: caracterização atual, tendências e políticas de intervenção”, pela Rede Europeia Anti pobreza/Portugal (REAPN), Estremoz;

27/04 – Encontro “Educação e Poder Local”, Viana do Alentejo;

28/03 – Seminário “Autonomia e gestão das escolas, que futuro? A gestão flexível dos currículos”.

2000

16/11 – Seminário de esclarecimento sobre “Financiamentos Culturais Europeus”, Lisboa;

05/06 – Ação Formação “Processo de ensino e aprendizagem com alunos autistas”, Sousel;
12 a 16/06 – “Curso Breve de Literatura Portuguesa”, 15 horas, Biblioteca Municipal de Sousel;
14/06 – Colóquio “Solidão”, Escola Superior Tecnologia e Gestão de Portalegre;
10 e 11/05 – Ação de Formação “Não se nasce leitor”, pelo Instituto Português Livro e Bibliotecas;
25 a 27/01 – Encontro “Caminha na construção da Ludoteca/Biblioteca”, Caminha.

NOTA: Confere certificados em suporte digital cd anexo ao presente trabalho.

5.4 Outras Competências

- domínio do software (Word e PowerPoint).
- navegação internet; Outlook (adquiridos em formação e contexto profissional).

2004

21/10 a 09/11 - Curso de Word, Biblioteca de Sousel;
7/04 - Curso Apresentações em “PowerPoint”, 3 horas - Universidade de Évora.

2002

09/04 – 1ª. sessão “Ação de divulgação e formação técnica do Programa Internet na Escola de RCTS”, pela Fundação da Computação Científica Nacional, Portalegre.

1999

01 a 28/09 - Ação de formação “Multimédia - Ambiente 99”, 80 horas;
- CAP -Certificado de Aptidão Profissional, pelo IEFP, Évora, 20/11/01.

Línguas:

Compreende: Espanhol (Bem), Francês (Razoavelmente), Inglês (Bem)

Fala: Espanhol (Razoavelmente), Francês (Razoavelmente), Inglês (Bem)

Lê: Espanhol (Bem), Francês (Bem), Inglês (Bem)

Escreve: Espanhol (Razoavelmente), Francês (Razoavelmente), Inglês (Razoavelmente)

CONCLUSÃO

A profissionalização dos sociólogos tem vindo a ser matéria de debate, no que concerne às dificuldades na definição das competências, na necessidade de afirmação, enquanto profissão, na possibilidade de intervenção em vários domínios e, na capacidade dos recém licenciados responderem aos desafios que enfrentam aquando da sua inserção no mercado de trabalho.

O surgimento de novas licenciaturas, cujos currícula, ainda que, em meu entender, mais abrangentes, apresentam semelhanças e afinidades com a Sociologia, fazem emergir, conseqüentemente, outras profissões/atividades que concorrem diretamente com a do Sociólogo.

Acresce ainda o facto de, em sede de debate, ser consensual, no que respeita à profissionalização dos licenciados em Sociologia, tratar-se de um tipo de intervenção que toca várias vertentes, que o mesmo é dizer, atribuir-lhe características de alguma ambigüidade e indefinição de competências.

Constituindo-se, tais fatores, em possíveis constrangimentos na profissão, urge que o Sociólogo tenha a capacidade de encontrar mecanismos que conduzam a uma intervenção cabal, por forma a credibilizar e a afirmar o seu papel, no difícil mercado de trabalho; para tanto, importa que integre, com vigor e dinamismo, as equipas multidisciplinares que se redesenham, ditadas pela mudança de comportamentos e estilos de vida das comunidades.

Registe-se que tais equipas encontram gradativamente, um maior espaço de intervenção, sobretudo se tivermos em conta que as parcerias entre as Instituições e o Poder Local, se constituem num imperativo dos tempos que ora se vivem.

Em simultâneo com uma ação perspicaz e corrente, convém recentrar o debate, sempre na perspetiva do mercado de trabalho e na construção do perfil do sociólogo, no campo das ciências sociais e humanas (Ribeiro, 1995; Garcias, 1995); ainda na especificação das competências ou, mesmo, na definição dos domínios da intervenção e resposta aos sucessivos e novos desafios que, constantemente, se colocam.

Tendo em conta tudo o que atrás se referiu, não poderemos deixar de admitir que, pesem embora os constrangimentos, se constata que a prática profissional dos sociólogos tem vindo a ganhar terreno (Ferrão, 1999; Almeida, 1999; Banha, 1999) o que necessariamente, propicia a evidência dos seus domínios e competências.

Em síntese, dizemos ainda que não deve o Sociólogo perder de vista a importância de objetivar, estruturar e operacionalizar a sua intervenção, em consonância com os

conhecimentos e saberes adquiridos, por forma a impor a necessidade da sua participação, em estruturas sociais que requerem diversas valências e contributos.

Entendemos ser desejável que, quer no âmbito da assessoria técnica, do planeamento e avaliação, em entidades públicas e privadas, quer em programas nacionais e projetos locais de luta contra a pobreza e a exclusão social, o papel do sociólogo pode ser preponderante e verdadeiramente diferenciador, mormente se tiver em atenção as várias sensibilidades e “olhares”, sobre as problemáticas em questão.

Reiteramos, pois, a nossa convicção de que, paulatinamente embora, o campo das políticas sociais, se tornará no espaço privilegiado da integração profissional dos Sociólogos.

Assim se saiba conquistar, pela constante atualização e busca de novos saberes e, bem assim, com competência e verdadeiro espírito de cooperação e equipa, criar as condições e créditos que tornem imprescindível o seu investimento técnico e social, que o mesmo é dizer, afirmar o seu papel na sociedade.

Os tempos que hoje vivemos, fazem pois emergir a pertinência da sociologia de ação, tornando cada vez mais necessária a intervenção profissional dos cientistas sociais, em geral, e dos sociólogos, em particular, os quais têm vindo a ser crescentemente solicitados para dar o seu contributo a vários níveis.

Importa portanto destacar que os sociólogos em Portugal, para além da investigação e docência universitária, estão cada vez mais representados em diversificados setores de atividade e com variados papéis profissionais, desde funções técnicas na administração pública, em geral, e nas Autarquias Locais, em particular, passando pelo ensino, a assessoria técnica a empresas, os estudos de mercado e as sondagens, até ao Planeamento (que em muitos casos suporta a decisão política) e à conceção, execução, gestão e avaliação de projetos a vários níveis (político, económico, social, cultural, ambiental, empresarial...). Esta abrangência de campos de integração profissionais dos sociólogos demonstra assim a polivalência das suas competências pessoais e profissionais.

É nesta perspetiva que devemos encarar a Sociologia e a sua mais-valia enquanto fonte de conhecimento e capacidade de intervenção sobre o real. Da importância do papel profissional do sociólogo em termos de intervenção social.

Pretendeu-se portanto, com a presente reflexão de percurso profissional, relatar as experiências profissionais de uma Socióloga no âmbito das Políticas Sociais de uma autarquia local em meio rural, exemplificando formas de pôr a Sociologia ao serviço da Comunidade.

BIBLIOGRAFIA

Livros, manuais e artigos

ALVES, M. G. (2009). Ensino Superior, trabalho e emprego na atual sociedade de risco: Um olhar sobre o caso de mestres e doutores. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 59, 107-124.

AMARO, R. R. (1990). O «puzzle» territorial dos anos 90: Uma territorialidade flexível (e uma base para as relações entre nações e regiões). *Vértice*, 33.

AMARO, R. R. (1991). Caminhos de Desenvolvimento para a Beira Interior: 10 interrogações. *Poder Local*, 102.

AMARO, R. R. (2002). Mestrado em “ Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais” - ISCTE, 2002.(Adaptado a partir de material do Centro de Formação para o Voluntariado do ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária)

AMARO, R. R. (2003). Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação?: Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, (Janeiro/Julho), 35-70.

ARON, R.(1984). As etapas do pensamento sociológico. 3ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA. (1992). Código Deontológico, Lisboa

AROCENA, J. (1986). Le Développement par l’initiative locale: Le cas Français. Paris: L’Harmattan.

BARQUERO, A. V. (1988). Desarrollo local: una estratégia de creación de empleo. Barcelona

BRAGA, D. A. (1992). Desenvolvimento Local e «Partenariado». *Poder Local*, n.º 120.

BRAGA, D. A. (1993). Entre o Território e a Função: Algumas notas sobre a problemática do Desenvolvimento Regional e Local. *A Rede para o Desenvolvimento Regional e Local*, (dez.).

BRAGA, D. A. (1993). *Industrialização e Desenvolvimento em Meios Rurais: As iniciativas municipais de Castelo de Vide e de Portel na promoção do desenvolvimento local do emprego*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

BRAGA, D. A. (1994). Alguns apontamentos sobre o quadro teórico-conceptual inerente à problemática do desenvolvimento local. *Vértice*, (Março/Abril).

BRAGA, D. A. (1994). As Autarquias e o Desenvolvimento Local do Emprego. *Organizações e Trabalho*, nº. 9-10.

BRAGA, D. A. (2001). *Inovação, Cultura Empresarial e Desenvolvimento Local: O caso dos Empresários Estrangeiros no Alentejo*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, Portugal.

BRAGA, D. A. (2003). *Culturas Empresariais e Desenvolvimento Local: Breve comparação entre os Empresários Estrangeiros e Nacionais no Alentejo*. Universidade de Évora

BRANCO, D. (1987). 12 Anos de Poder Local. Os Caminhos do Futuro. *Revista de Poder Local*, 62, 65-70

CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSEL. (2013). *Boletim Municipal*, Sousel.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSEL. (2013). *Plano de Atividades*, Sousel.

CAPUCHA, L. (1999). O sociólogo na avaliação, in Carreiras, Helena, Freitas, Fátima e Valente, Isabel, *Profissão Sociólogo*, Oeiras, Celta Editora, p.170

CARREIRAS, Helena, FREITAS, Fátima e VALENTE, Isabel (Orgs.). (1999). *Profissão Sociólogo*. Oeiras: Celta Editora

CHAVES, M. C. (1994). A Dimensão ecológica do desenvolvimento: Elementos de reflexão sobre o conceito de ecodesenvolvimento. *Cadernos de Ciências Sociais*, 14 (janeiro), 99-117.

COSTA, A. F. (1988). Cultura Profissional dos Sociólogos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 5, Mem-Martins: Publicações Europa-América, Lda.

COSTA, A. F. (2003). Será a sociologia profissionalizável?, (no prelo)

COSTA, José Manuel N. Arrais R. da (2000). As Autarquias Locais e Desenvolvimento Sustentável. In Comunicação apresentada no *IV Congresso Português de Sociologia – sobre Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*, Universidade de Coimbra, 17-19 Abr. 2000.

FERNANDES, A. T. (1993a). Poder autárquico e poder regional. Comunicação apresentada nas 3as Jornadas de Estudos Norte de Portugal – Aquitânia sobre o Poder Regional – Mitos e Realidades, Universidade do Porto, Mar. 1993. In *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, 3 (35-50).

FRIEDMANN, John e Weaver, Clyde (1978). *Territory and Function: The Evolution of Regional Planning*. Londres: E. Arnold Publication.

GARCIA, Orlando (1990). Solavancos nos entroncamentos: a sociologia de intervenção nas práticas socioculturais do desenvolvimento regional. In *A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século: atas do 1º Congresso Português de Sociologia*, vol. II, 1990, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa.

GASPAR, J. (1989). Regionalização ou a necessidade de sair do mito para as realidades. *Vértice*, 19 (II série).

GREFFE, Xavier (1984). *Territoires en France – Les enjeux économiques de la décentralisation*. Paris: Economica.

GUERRA, I. C. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação: o planeamento em ciências sociais*. (2ª edição) reimpressão 2007. Estoril: Príncipe editora.

HENRIQUES, J. M. (1990). *Municípios e Desenvolvimento - Caminhos possíveis*. Lisboa: Escher.

LOPES, A. S. (1984). *Desenvolvimento Regional - Problemática, Teoria e Modelos*. (2ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LOPES, A. S. (1989). Regionalização e desenvolvimento regional. *Vértice*, 19 (II série).

LOPES, A. S. (1992). Sobre a Política Regional. In Comunicação apresentada no II Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Faro, 4-5 Jun. (1992).

LOPES DE BRITO, A. J.S. (1997). A Proteção do Ambiente e os Planos Regionais de Ordenamento do Território. Coimbra: Almedina.

MACHADO, F. L. (1996). Profissionalização dos Sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 20.

MARQUES, H. T. (1986). 10 Anos de Poder Local. In intervenção na Assembleia da República a 12 de Dezembro de 1986: *Cadernos Municipais*, 38/39 (2-4).

MARQUES, A. P. [et al.] (2012). Trabalho e pessoas nas sociedades contemporâneas: os novos desafios sociológicos. In Sociedade, Crise e Reconfigurações: VII Congresso Português de Sociologia, Porto, 19-22 Jun. 2012

MOZZICAFREDDO, J. [et al.] (1988b). Poder autárquico e desenvolvimento local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (25/26), 79-113.

MOZZICAFREDDO, J. [et al.] (1991). Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local. *Escher, Coleção Estudos*, n.º 3.

OLIVEIRA, C. (1996a). O Estado Novo e os Municípios Corporativos. In Oliveira, César (dir.). *História dos Municípios e do Poder Local*. Círculo de Leitores, 285-325

OLIVEIRA, C. (1996b). O 25 de Abril e a ruptura com os municípios corporativos. In Oliveira, César (dir.). *História dos Municípios e do Poder Local*. Círculo de Leitores, 343-359

OLIVEIRA, C. (1996c). A construção do poder democrático 1976-1993. In Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*. Círculo de Leitores, 361-402

PECQUEUR, B. (1989). Le développement local. Col. *Alternatives économiques*, Paris: Syros.

PORTAS, N. (1979). O Poder Local: que Futuro?". *Cadernos Municipais*, 2, 9-17.

QUIVY, R. e CHAMPENHOUDT, L. V. (1992). Manual das Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.

RIBEIRO, M. J. (1995). Papel do sociólogo num departamento camarário. In Valente, Isabel, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa (orgs). *Experiências e papéis profissionais de Sociólogos*, Lisboa, APS, p.73.

RODRIGUES, M^a J. (1991). Competitividade e Recursos Humanos. Lisboa: Publicações D. Quixote.

RODRIGUES, M. L. (2002). Sociologia das Profissões. Oeiras: Celta Editora.

RUIVO, F. & VENEZA, A. (1988). Seis Questões Pelo Poder Local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, 7-20.

SANTOS, B. S. (1987). Um Discurso Sobre as Ciências. Lisboa: Edições Afrontamento.

SILVA, A. S. & PINTO, J. M. (orgs.) (1986). Metodologia das ciências sociais. Porto:Edições Afrontamento.

SILVA, C. D. (2008). Sociólogos: profissionais da mudança social?. In Práticas e Processos da Mudança Social: sessões plenárias do 3º. Congresso Português de Sociologia). Acedido Julho 10, 2013, em [www.aps.pt/cms/docs_prv/docs DPR493015251fc00-1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs_DPR493015251fc00-1.pdf)

SPRADLEY, J. P. (1980). Participant Observation. Orlando- Florida: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers

TOSCANO, M. F. (1995). A sociologia, prática de investigação e ação. In Valente, Isabel, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa (orgs). *Experiências e papéis profissionais de Sociólogos*, Lisboa: APS, p.92

VELOSO, L. [et al.] (2012). Questões deontológicas e de metodologia de investigação em sociologia: O caso do interesse público e das profissões. *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 69, 87-98.

VENEZA, A. (1986). O Poder Local, 1976-1984: da indefinição à (des)centralização estatal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (18/19/20), 693-70.

Legislação

Constituição da Republica Portuguesa

Lei nº. 75/13, de 12 de setembro. Diário da República nº. 176/13 - I Série. Assembleia da República.

Lei nº. 73/13, de 03 de setembro. Diário da República nº. 169/13 - I Série. Assembleia da República.

Lei nº. 2/07, de 15 de janeiro. Diário da República nº. 10/07 – I Série. Assembleia da Republica

Lei nº. 5-A/02, de 11 de janeiro. Diário da República nº. 9/02 – I Série-A. Assembleia da República.

Despacho nº. 5217/00, de 06 de março. Diário da República nº. 55/00 – II Série. Presidência do Conselho de Ministros e Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local.

Lei 159/99, de 14 de setembro. Diário de República nº. 215/99 – I Série-A. Assembleia da República.

Lei 147/99, de 01 de setembro. Diário da República nº. 204/99 – I Série-A. Assembleia da República.

Decreto-Lei nº. 6/96, de 31 de janeiro. Diário da República nº. 26/96 - I Série-A. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº. 77/84, de 08 de Março. Diário da República nº. 57/84 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna.